

ATA N.º 7/2023

SESSÃO ORDINÁRIA DE

28/12/2023

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

-----Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no edifício “átrium Mira”, sob a presidência do Ex.mo Sr. Nelson Teixeira Maltez secretariado pelo Sr. Luís Lavrador e pela Sr.ª Regina Serrano. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

----- **PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação – Tomada de conhecimento** -----

----- **PONTO DOIS: Aprovação do orçamento e plano orçamental plurianual, opções do plano, autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2024, nos termos do disposto no artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.** -----

----- **PONTO TRÊS: Atualização da taxa de IMI para prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo - 2024 (IMI famílias), por força da Lei nº 56/2023, de 6 de outubro, em cumprimento do previsto na nova redação do artigo 112.º- A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis - CIMI, aprovado em anexo ao Decreto – Lei nº 287/2003 de 12 de novembro, na atual redação, em harmonia com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.**-----

----- **PONTO QUATRO: Aprovação da adenda ao auto nº 012/2023, de transferência de competências para os órgãos municipais e para a entidade intermunicipal no domínio da saúde, em harmonia com o disposto no artigo 4º da Lei nº 50/2018 de 16 de agosto, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do nº 1 do artigo 33º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação** -----

----- PUNTO CINCO: Autorização para retificação das minutas do acordo de transferência de competências de gestão de património imobiliário público e do protocolo de cedência mútua de instalações entre a Câmara Municipal de Mira e a Junta de Freguesia de Mira, nos termos do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua atual redação. -----

---- PUNTO SEIS: Aprovação da proposta de constituição do júri do procedimento para preenchimento do cargo de direção intermédia de 4º grau para a Unidade Orgânica de Armazenamento, Parque de Máquinas, Viaturas e Oficinas, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação.-----

---- PUNTO SETE: Designação do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mira - modalidade alargada. -----

---- PUNTO OITO: Aprovação, nos termos do disposto na alínea h) do n.º 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da proposta de alteração da “Estratégia Local de Habitação - (ELHM)”. -----

----- PUNTO NOVE: Aprovação, nos termos da alínea j), em articulação com a alínea k) do n.º 1 do art.º 25º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, da minuta de contrato interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia de Mira para limpeza da zona Industrial do Montalvo – ano 2024-----

----- PUNTO DEZ: Aprovação, nos termos da alínea j), em articulação com a alínea k) do n.º 1 do art.º 25º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, da minuta de contrato interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia do Seixo para limpeza da Zona Industrial de Mira e Zona Industrial de Mira – Polo II – Ano de 2024 -----

----- PUNTO ONZE: Aprovação, nos termos do previsto no n.º 4, do art.º 5º., do D. L. nº. 57/2’19, de 30 de abril, da transferência de competências do Município de Mira para a Junta de Freguesia da Praia de Mira – ano 2024---

----- **PONTO DOZE: Aprovação, nos termos do previsto no nº. 4, do artº. 5º., do D. L. nº. 57/2019, de 30 de abril, da proposta de atualização da atual transferência de competências do Município de Mira para a Freguesia do Seixo - ano 2024 -----**

----- **PONTO TREZE: Aprovação, nos termos do previsto no nº. 4, do artº. 5º., do D. L. nº. 57/2019, de 30 de abril, da proposta de atualização da atual transferência de competências do Município de Mira para a freguesia de Carapelhos - ano 2024 -----**

----- **PONTO CATORZE: Aprovação, nos termos do disposto na alínea j), em articulação com a alínea k), do nº. 1, do artº. 25º. do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da atribuição de apoio extraordinário à Junta de Freguesia da Praia de Mira-----**

---- **PONTO QUINZE: Relatório de Execução do 1º. Semestre de 2023, da “Águas do Baixo Mondego e Gândaras, EIM, S.A. (ABMG)” – Tomada de conhecimento -----**

---- **PONTO DEZASSEIS: Plano e Orçamento para 2024 da “Águas do Baixo Mondego e Gândaras, EIM, S.A. (ABMG)” – Tomada de conhecimento-----**

---- **PONTO DEZASSETE: Eurovelo 1 – Rota da Costa Atlântica – autorização para aprovação de trabalhos complementares e trabalhos suprimidos – Tomada de conhecimento-----**

----- **PONTO DEZOITO: Assunção de Compromissos Plurianuais - Tomada de conhecimento. -----**

----- Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Artur Fresco, e os senhores vereadores: Madalena Santos, Tiago Cruz, Bruno Alcaide e Adriana Sousa. -----

-----**PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----**

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Nelson Teixeira Maltez, Zélia Domingues Morais, José Luis Pimentel Lavrador, Carolina Neves Reigota, Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Regina Maria Duarte Serrano, Maria José

Jesus Silva, Carlos Jorge Santos Nora, Maria Adélia de Oliveira Maranhão (em substituição de Guida Filomena de Jesus Reigota), Eurico Petronilho Martins, Cristina Santos (em substituição de Manuel Ferreira Inocêncio), Telma Milene Magueta Salvador, Andreia Sofia Simãozinho Petornilho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Mauro Manuel Miranda Seíça (em substituição de António Manuel Teixeira da Silva), Sara Patrícia Ferreira Braguez, João Pedro Ventura Lopes de Almeida, António José Domingues Gonçalves, Augusto José Domingues Louro Miranda, Maria Clara Simões Clemente e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Carlos Alberto Pessoa Mendes da Costa, da Praia de Mira, Francisco Daniel Soares Reigota, do Seixo, Rui Pedro Pinho Rocha, dos Carapelhos, Carla Cristina Conceição dos Santos. -----

-----**FALTAS**-----

-----Verificou-se a falta de: Gabriel Pinho. -----

-----**HORA DE ABERTURA**-----

----- Os trabalhos tiveram início às quinze horas, após a verificação de quórum.

-----O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu início àquela Assembleia Municipal cumprimentando todos. -----

----- **PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação – Tomada de conhecimento** -----

-----**PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA**-----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu a palavra aos **Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia** -----

-----O **Presidente da Junta de Freguesia do Seixo**, Rui Pedro, que começou por cumprimentar todos e parabenizando a Câmara Municipal de Mira por ter dado início a duas empreitadas há muitos anos aguardadas na Freguesia do Seixo de Mira. Disse que desde a última assembleia até à data atual, viram o início das obras de requalificação do piso sintético no campo do Fojo e o início

da obra, da ligação em alta do saneamento que iriam ter na freguesia do Seixo. Agradeceu o início dessas duas obras, que finalmente seriam uma realidade. Aproveitou o seu tempo para apresentar e dizer, que em comunidade, todos se uniram perante um objetivo comum, como era o caso da recuperação, restauração, praticamente só com fundos próprios que ascenderam, entre a compra e as obras, cerca de 200 mil euros, falando da Casa Gandaresa, mais disse, que no próximo ano, pretendiam construir no que era atualmente o quintal do centro de interpretação da casa e cultura Gandaresa, uma estrutura polivalente, que permitia enriquecer a casa, com um espaço fechado e onde iria permitir a realização de eventos culturais, mesmo quando estivesse mau tempo, dando assim outras condições e dignidade para a realização dos muitos eventos que já se faziam no exterior da casa, deixando um convite a todos para visitarem a casa Gandaresa e perceberem a sua beleza e impacto, dizendo que o espaço estaria disponível para todo o concelho, mais disse que a construção dessa infraestrutura de apoio de um edifício polivalente, estava com um orçamento previsto em mais de 190 mil euros, referiu que a junta de freguesia do Seixo, não comportava um investimento desse montante, solicitando um agendamento de uma reunião com o executivo municipal, para a apresentação desse projeto e de um apoio para a realização da obra. -----

---- **O Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira**, Francisco Reigota, que cumprimentou todos e iniciou dizendo que tinha oito pontos a colocar ao executivo, o primeiro era acerca da remoção dos moliceiros da barrinha e em que ponto se encontrava, segundo ponto, a questão da falta de luz nos passadiços, citando as palavras do Sr. presidente da câmara dizendo “não tínhamos conhecimento disso...”, querendo saber em que situação se encontrava esta avaria, terceiro ponto, como estava o orçamento participativo em relação ao skate park, tinham dito que iria ser adjudicado até ao final do ano, quarto ponto, a questão do orçamento para o parque de merendas da Sagrada Família e qual a avaliação feita sobre o tema, quinto ponto, a questão do barco

de arte xávega, o que tinha sido feito desde a última vez que falaram sobre esse tema, sexto ponto, acerca da sinalização do muro da lota, quais tinham sido as providências que efetuaram para resolver essa situação, sétimo ponto, alertou para arranjos de ruas, passeios e tampas partidas, quais tinham sido os procedimentos adotados, finalizou colocando o oitavo ponto acerca do impasse relativamente à questão do saneamento da Videira do Sul e Barra de Mira, querendo saber se iriam avançar, questionando o Sr. Presidente da CMM, se ele achava que tinha respondido à questão na última assembleia-----

---- **O Presidente da Junta de Freguesia de Mira**, Carlos Costa, que cumprimentou todos, advertindo para as seguintes questões, o arranjo de passeio na povoação do Ramalheiro, questionou para quando a colocação do pavês na pista de Carromeu e a necessidade de asfalto na rua do Bairro Novo em Mira que tinha sofrido intervenção pelo rebenamento de águas nessa mesma zona. -----

---- **A Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos**, Carla Santos, cumprimentou todos e interveio fazendo referência ao asfalto danificado em algumas ruas dos Carapelhos e inclusive, a falta de saneamento em algumas dessas mesmas ruas. -----

---- Falou também na necessidade de recursos de controle e prevenção, em relação às infestantes da localidade, assim como nos recursos para combate e prevenção das mesmas. -----

---- Acrescentou também, os ecopontos dizendo que estes se encontravam muito lotados, pedindo mais atenção na regularidade e nas recolhas dos mesmos. ----

---- **O Sr. Presidente da Câmara** começou por cumprimentar todos e em resposta, pediu para que os presidentes de cada junta de freguesia, lhe fizessem chegar uma listagem de pedidos e chamadas de atenção por escrito, para resolverem os problemas de várias ordens, em todas as juntas de freguesia do concelho. -----

---- Respondeu ao sr. Presidente da junta de freguesia do Seixo, dizendo que a demora da obra do campo do fojo, tinha sido devido ao atraso do empreiteiro, e que este não tinha iniciado a obra na data prevista, mas que se encontrava para breve a conclusão da obra do campo do fojo. -----

---- Disse que a segunda obra que estava a decorrer no Seixo, mais propriamente o saneamento, era uma obra extremamente importante da ADCL (Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais) e que estava a ser feita desde a zona industrial até ao cruzamento chamado, “leque do Seixo”, o que iria permitir fazer o escoamento que existia na freguesia do Seixo, dos Carapelhos e também na freguesia de Mira, mais propriamente no Cabeço de Mira, ficando assim toda essa parte do saneamento ligada à obra da ADCL orçamentada em cerca de três milhões de euros. -----

---- Falou da casa Gandaresa, onde enalteceu o trabalho conjunto da localidade e seus habitantes, onde conseguiram angariar um valor de duzentos mil euros, devido ao trabalho, obras e união da população, e em relação a esse investimento feito para a obra da casa Gandaresa, juntamente com a ACR Seixo (associação Cultural e recreativa do Seixo), tiveram a vontade de fazer um investimento num salão polivalente na parte do quintal da casa Gandaresa, para poderem realizar mais atividades, principalmente quando as condições meteorológicas não o permitam fazer no exterior, e com tudo isto, a Câmara Municipal de Mira estaria aberta a uma reunião, para ver em que moldes poderia ajudar na construção desse salão polivalente. -----

---- Dando seguimento, respondeu ao sr. Presidente da junta de freguesia da Praia de Mira onde disse que em relação à retirada dos moliceiros, já havia reunido com a empresa, Lovely Ria, para a retirada dos mesmos e que pela degradação em que se encontravam, não se justificava a sua recuperação. -----

---- Falou em relação às luzes dos passadiços, onde disse ter conhecimento da avaria da iluminação e que ainda não tinham sido intervencionados pela falta de disponibilidade de meios, mas que iriam tentar ser breves em dar resposta na

intervenção. -----

---- Em relação ao orçamento participativo do skate park que foi a concurso público, disse que estava a decorrer naquele momento, o período de adjudicação, ao que tudo indicava que dentro de pouco tempo seria efetivado. –

---- Falou no parque de merendas da Sagrada Família e que tinham falado numa reunião que se iria avançar com as obras nesse mesmo parque. -----

---- Em relação ao barco da arte xávega, disse que tinham pedido uma atualização do orçamento para procederem à intervenção o quanto antes. -----

---- Seguindo para a parte da sinalização do muro da lota, referiu que a sinalização que lá estava, não se encontrava nas melhores condições, mas que fazia parte das intervenções previstas. -----

---- Disse que em relação às ruas, passeios, tampas partidas e outras situações semelhantes, estava para resolução imediata, podia vir a ser mais demorado pela falta de mão de obra, mas que tinha referido anteriormente que devia de estar sinalizado, isto porque podia levar algum tempo até à sua intervenção, estando já acautelado procedimentos concursais para incorporar pessoas para estas e outras intervenções. -----

---- Respondeu à última questão do presidente da junta de freguesia da Praia de Mira, que em relação ao saneamento da Videira do Sul e Barra de Mira, a CMM (Câmara Municipal de Mira) estava a acompanhar o EVEF (Estudo de Viabilidade Económico Financeira) da ABMG (Águas do Baixo Mondego e Gândara), mas que a partir do momento que existia uma empresa intermunicipal que dava as respostas às águas e saneamentos, seria quase impossível a CMM dar resposta a estas obras, nem tinha orçamento para tais intervenções, seguindo assim, o plano aguardado pela a ABMG. -----

---- Disse ao sr. Presidente da junta de freguesia de Mira, esclarecendo que os passeios do Ramalheiro se encontravam contemplados para asfaltamento, assim como o resto das aldeias do concelho. -----

---- Relativamente a Carrromeu referiu que, o bairro do Arieiro teria de se atuar

de imediato, uma vez que o pavê estava assente em areia, tornando-se de certa forma perigoso para quem lá passa. -----

---- Em resposta à presidente da junta de freguesia dos Carapelhos, disse que era a mesma resposta dada anteriormente em relação aos asfaltamentos. -----

---- Referiu que em relação ao assunto das máquinas, nem sempre dava para equacionar a possibilidade de dividir os meios de trabalho por igual pelas juntas de freguesias, uma vez que se tinha juntas de freguesia com necessidades de maior, como era o caso da freguesia de Mira, pela sua dimensão geográfica e a da Praia de Mira, pelas suas características, daí o facto de não ser equitativo. --

---- Quanto à questão do ecoponto, disse que em épocas de festividades ou férias, naturalmente se observava uma quantidade acrescida de lixo devido ao número mais elevado de pessoas, mas que eventualmente, podia-se solicitar um reforço para essas alturas de maior afluência na localidade. -----

---- **Ponto 1, foi Tomado Conhecimento** -----

---- **PONTO DOIS: Aprovação do orçamento e plano orçamental plurianual, opções do plano, autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2024, nos termos do disposto no artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.** -----

---- Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) que disse o seguinte: *“Relativamente a este ponto gostaria de destacar a não inclusão, pelo menos de forma explicita, das nossas propostas para o orçamento e plano de atividades municipal.* -----

Aproveito para dar alguns exemplos que são interessantes, no nosso ponto de vista: -----

A evocação do 25 de novembro de 1975, como há pouco já referi. Tenho a certeza que daqui a alguns anos será evocado neste concelho, não percebo a razão para não o fazermos desde já; -----

Um programa de ecopontos domésticos, algo que se faz aqui nos nossos concelhos vizinhos e que algumas freguesias do nosso concelho já tentaram implementar; -----

A revitalização das fontes e fontanários, algumas freguesias já fizeram esta revitalização outras nem por isso; -----

A construção de um novo cemitério municipal. O tempo que andamos a remendar o que temos podemos seguir o exemplo de Cantanhede que aprovou recentemente um novo cemitério municipal de raiz; -----

Apoios a natalidade, como sabem o nosso concelho tem um saldo natural extremamente negativo que é atenuado com a imigração. Os nossos concelhos vizinhos já incentivam a natalidade com programas municipais. -----

Deixo aqui apenas estes exemplos entre muitos outros que poderia aqui anunciar.” -----

---- Interveio a **Sra. Maria José** (PS), que cumprimentou todos e questionou sobre a comissão das Cochadas e qual o trabalho desenvolvido por essa comissão, por ser uma obra vital para o concelho, mais questionou, qual seria o motivo pelo qual, o deputado Francisco Reigota, deixou de ser convocado para a dita comissão enquanto presidente da junta de freguesia da Praia de Mira, finalizando com a questão, o porquê do abate das árvores à entrada da localidade da Praia de Mira. -----

---- Interveio a **Sra. Clara Clemente** (PSD), que cumprimentou todos e iniciou parabenizando o executivo da CMM, pela empreitada de ampliação da área de localização empresarial do Montalvo orçamentada em setecentos mil euros, onde esta já se encontrava em fase de conclusão com mais catorze lotes. -----

---- Referiu o trabalho desenvolvido pelo o município de Mira, pelo trabalho desenvolvido quanto à limpeza e à remoção dos jacintos nos recursos hídricos do concelho. -----

---- Concluiu a sua intervenção fazendo referência às obras e requalificação do pontão junto à ponte pedonal da barrinha, que se encontrava a cargo da CMM, referindo esse espaço como mais seguro e aprazível. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, onde começou pela questão dos atrasos dos pagamentos aos professores das A.E. (atividades extracurriculares), disse que devido ao atraso da colocação dos professores, podia ter havido um atraso na assinatura dos contratos, podendo existir essa falta, mas que essa situação já se encontrava resolvida. -----

---- Falou da questão do largo na rua do Matadouro e disse não ter conhecimento dessa situação, mas que iria ver qual era o problema. -----

---- Na questão da passadeira que se encontrava na frente do pingo doce, disse que como se tratava de uma estrada nacional, teria de se comunicar às infraestruturas de Portugal. -----

---- Quanto aos achados arqueológicos e na revisão do PDM (Plano Diretor Municipal), disse que foram comunicados alguns achados arqueológicos à CMM, estando de momento esses achados, a ser analisados e que a CMM tinha uma pessoa com algum conhecimento sobre essa área arqueológica, mas caso existisse alguém para prestar a sua colaboração nessa área, a CMM estaria disposta a aceitar esse contributo. -----

---- Falou sobre a ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) das Cochadas, onde referiu ser uma obra importante para Mira, mesmo estando situada em Cantanhede, e isso porque iria mudar o sistema e a maneira de atuar no que se tinha em Mira, onde se podia deixar de ser influenciados por essa parte e focar-se só no concelho de Mira. -----

---- Em relação ao facto do presidente da junta de freguesia da Praia de Mira não ser convocado, disse que teria de se tentar compreender o porquê, porque ele não sabia. -----

---- Interveio O **Sr. Presidente da Assembleia** dizendo que o assunto acima indicado, seria um ponto a rever na ata em que esse assunto foi falado e que

efetivamente, havia um representante de cada junta de freguesia, a da Praia de Mira e a de Mira, pois eram as áreas abrangidas pelo problema e assim sendo, tinha de se rever os líderes de bancada eleitos. -----

---- Retoma a palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, onde esclareceu que a retirada das árvores na entrada da Praia de Mira, fazia parte da limpeza daquele espaço também para a retirada de infestantes. -----

---- Falou da zona industrial do Montalvo, onde disse que era uma grande intervenção de remodelação e alargamento daquela zona, e que iria a curto prazo, promover a instalação de algumas empresas para a fixação da população no concelho. -----

---- Referiu que em relação aos jacintos de água, não era um trabalho da competência da CMM, mas devido à necessidade de ajuda para retirada destas infestantes do meio aquático, tinha-se adquirido um anfíbio para ajuda neste tipo de intervenção, pois requer muito esforço, muito trabalho e muita mão de obra e que mesmo assim continuam a aparecer muito no nosso concelho, pelo que iriam dar continuidade ao trabalho já iniciado. -----

---- Falou da conclusão do trabalho do pontão da barrinha, onde disse que era uma zona que se encontrava muito degradada e sendo um trabalho que tinha de ser feito, achou-se que estava na altura de proceder à intervenção para a melhoria daquele espaço. -----

---- Interveio a **Sra. Zélia Morais** (PS), que cumprimentou todos e falou que se gastava dinheiro onde não se devia, disse que não havia intervenção por parte da CMM em determinadas zonas do concelho, deixando-as ao abandono, dando como exemplo a toponímia colocada nas gestões do PS (partido socialista), existindo a degradação de placas e azulejos caídos, o que dificultava situações de urgência, dando o exemplo das ambulâncias e localidades, referindo a Ermida, uma placa na Lentisqueira, no largo das Cavadas e Carromeu. Falou também no abandono de algumas associações, referindo subsídios miseráveis e redução dos mesmos e alguns sem pagamento, dando o exemplo do grupo

coral de Mira, onde disse que este grupo/associação tinha levado o nome de Mira, para dentro e fora do país, que era elegível saberem as condições com que podem contar para honrar os seus compromissos. -----

---- Disse que ouviu queixas de crianças a dizer que chovia dentro do edifício da escola preparatória de Mira e questionou o Sr. Vereador do pelouro da educação, se tinha conhecimento desta situação. -----

---- Interveio a **Sra. Telma Salvador** (PSD), que usou da sua intervenção para dar os parabéns ao executivo municipal em três intervenções já realizadas e outra ainda por realizar, mas ambas já publicitadas. Falou na animação cultural e diversificada que se realizou no jardim do Visconde, o espetáculo das escoliadas júnior e o espetáculo “O Natal é chato”, parabenizou também, o galardão “Mira amigo do desporto”, pelo sexto ano consecutivo, reconhecendo as boas práticas do município pela promoção da atividade desportiva, referindo que Mira estava no bom caminho. -----

---- Continuando na sua intervenção, fez referência ao protocolo com a Aquabike, pela realização da prova do campeonato europeu que se irá realizar nos dias 27, 28, e 29 de setembro de 2024, enaltecendo assim, todo o esforço e trabalho de todo o executivo, que após o cancelamento da mesma prova de 2023, tinham sido incansáveis nas negociações desse mesmo campeonato para o ano de 2024, pois disse ser, uma mais valia a nível turístico para o concelho de Mira. -

---- Interveio o **Sr. Carlos Nora** (PS), que cumprimentou todos e falou, que há dois anos, tinha sido prometido fazer uma ligação da travessa das quartas, à travessa do chão de Riba, e que já se tinha passado esse tempo e ainda nada tinha sido feito. -----

---- Disse, que na última assembleia municipal, falou-se na colocação de um multibanco na localidade da Lentisqueira, e questionou se a CMM ou a junta de freguesia, já tinham pensado nesse assunto. -----

---- Falou por último, na requalificação da feira de Portomar para 2024, referindo-se mais concretamente à parte da peixaria, onde ressaltou que também se devia intervir na zona da restauração. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, esclarecendo a deputada Zélia Morais em relação ao comentário de que se gastava dinheiro onde não se devia, era só mera opinião, onde essa mesma podia ser subjetiva, pois não se partilhava a mesma opinião, sendo que, obviamente todas as iniciativas, fossem elas de mudar uma placa toponímica, ou fossem elas de fazer um evento cultural, ou recreativo, eram de louvar, mais disse, que por vezes a CMM dava o material às juntas de freguesia, quando esse mesmo material era solicitado, depois eram as juntas de freguesia que faziam o trabalho, onde referiu que se fizessem chegar essa informação à CMM, a mesma teria todo o gosto em fazer chegar o material necessário para reparação ou substituição das mesmas. -----

---- Falou, que em relação ao grupo coral de Mira, assim como outras associações ou entidades, eram apoiadas por um processo transparente e um modelo imparcial que servia para apoiar todas as associações, fossem elas pelo número de elementos, fossem elas pela sua dimensão. -----

---- Referindo-se à questão da escola preparatória de Mira, disse que o Sr. Vereador da Educação, Bruno Alcaide, tinha tomado nota e iria averiguar e certificar, se realmente chovia dentro da escola, para obviamente tomar as devidas providências, para que tal situação fique resolvida. -----

---- Em resposta à deputada Telma Salvador, disse que estavam todos de parabéns, todos aqueles que por lá passaram e deram o seu contributo para que tudo pudesse correr da melhor forma no Jardim do Visconde e em tudo o resto que serviu para animar pequenos e grandes. -----

---- Em relação ao galardão “Amigo do Desporto”, disse que nesse galardão também se enquadrava o desporto aquático por causa do prémio da motonáutica Aquabike, que seria uma realidade em 2024, mais disse que se tinham reunido todos os esforços possíveis, para garantir o compromisso ao qual se tinham

proposto para trazer de volta essa prova europeia de motonáutica para o ano de 2024, ano esse que só haverá três provas, sendo uma delas realizadas em Portugal e no concelho de Mira. -----

---- Disse, em relação à intervenção do deputado Carlos Nora, que tinha sido sim, anunciado a ligação entre travessas no Areal, sendo uma mais valia que podia ser colocada em prática, iria-se ver com a junta de freguesia de Mira o que era possível fazer, para a sua concretização. -----

---- Falou da questão da caixa de multibanco na Lentisqueira e também no Poço da Cruz, onde disse que o vereador Bruno Alcaide estava a tratar disso e a estudar a viabilidade da instalação desse serviço, mais disse que em relação à feira de Portomar, estava prevista a intervenção para melhoria do piso na zona da restauração. -----

---- Interveio a Sra. **Maria Adélia Maranhão** (PSD), que cumprimentou todos e referiu que a sua intervenção, era exatamente a mesma que a do Sr. deputado, Augusto Miranda, ou seja, alertar para a o perigo da passadeira para peões que se encontrava perto do Pingo Doce. -----

---- Interveio o Sr. **António Gonçalves** (PS), cumprimentou todos e disse que tinha duas questões a colocar. Uma delas disse que já tinha referido anteriormente, sendo essa a colocação de lombas na rua da Cavada, pelo facto da excedência de velocidade naquele sítio, onde disse que gostava de saber qual era o ponto da situação. A segunda questão, estava relacionada com as farmácias que costumavam estar de serviço em Mira, pois disse que soube que estas quando se encontravam de serviço, muitas das vezes se encontravam fechadas ou não atendiam os telefones, onde reforçou dizendo que, numa altura de inverno e com as doenças sazonais, a situação agravava um pouco, principalmente quando se tratava de casos urgentes e com necessidades de tomas de medicamentos. -----

---- Interveio o Sr. **Eurico Martins** (PS), cumprimentou todos e falou em obras recentes e que podiam ser melhoradas, começou por falar no Atrium de Mira,

onde disse que faltava espaço, principalmente em eventos onde tivesse um maior número de pessoas, dizendo que o mesmo, tinha ficado limitado devido às suas dimensões. Questionou o porquê de na escola secundária de Mira, não se ter contemplado e investido no aquecimento da mesma, uma vez que a escola estava a sofrer intervenções de melhorias. Fez referência à Av. 25 de abril em Mira, onde disse que nem sempre foram para melhorar, assim como a estrada nacional 109 perto da “casa do chá”, dizendo que podiam melhorar essa zona. Falou também nas obras da Eurovelo na Praia de Mira, onde referiu a falta de passagem, ou passagens muito estreitas da via pública, falou também na estrada frente ao ciclo, onde disse que a obra podia ter sido feita de outra maneira, disse que por vezes dificulta a passagem das duas vias em sentidos opostos. Terminou salientando também, a não finalização da nova estrada que passava pelo cemitério e que faltava mais investimento no alcatroamento das estradas, ressaltando uma que vai da localidade da Prêsa, até aos Carapelhos, assim como na Lagoa e mais ainda, como no caso da estrada nacional 109 que passa entre o Seixo e a Ermida. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, disse à deputada Maria Adélia, que em relação à sua questão, já tinha respondido anteriormente. -----

---- Em resposta às questões do deputado António Gonçalves, disse que em relação às lombas referidas na rua da Cavada, iriam ser contempladas com a empresa que iria fazer a obra de remodelação, no largo 5 de outubro em Portomar. -----

---- Disse que em relação às farmácias de serviço, a CMM não tinha qualquer competência em relação a isso, mas sim o Infarmed (Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento), e que a Associação Nacional de Farmácias, tinha optado por um horário 09h até às 21h, e após esse horário de fecho, teria que se ligar para um número de telefone e juntamente com o receituário, para depois ser encaminhado para a farmácia de serviço mais próxima, era esta a informação que tinha. -----

---- Disse que em relação às questões do sr. Eurico Martins, o aquecimento da escola secundária de facto não tinha sido contemplado, disse que o tipo de aviso nesta obra, não permitia a colocação de aquecimento, dando o exemplo do ar condicionado, mas que a escola tinha sido requalificada em todos os blocos com isolamento exterior e melhoramentos na parte interior, o que iria evidenciar as salas de aula, não só, mais acolhedoras. -----

---- Falou da questão da Av. 25 de abril, disse que devido ao estacionamento criado na parte direita ao lado dos táxis e pela falta da circulação em duas faixas, podia sim, causar algum congestionamento, mas era um assunto que tinha de ser analisado, para que se pudesse avaliar o que era possível fazer. -----

---- Em relação à questão da Eurovelo e a estrada do canal, disse que sim, era uma obra que ainda não se encontrava concluída e por isso tinha alguns problemas ainda por resolver, daí ainda ser necessária a intervenção nessa zona. -----

---- Passando à questão da rua Óscar Moreira da Silva junto ao jardim de infância, disse que foi uma obra pensada e estudada pelos técnicos, como tal, estava preparada para os veículos circularem nos dois sentidos, obviamente não era uma via larga, mas desde de que se cumprisse a velocidade prevista naquele local, os trinta quilómetros por hora, conseguia-se perfeitamente circular e cruzar-se duas viaturas. -----

---- Falou em relação ao novo arruamento que tinha sido aberto e que passava frente ao cemitério e na parte de trás do Centro de Saúde que ia dar à rua dos Bombeiros, referiu que além de sinalética vertical, que já lá se encontrava, era realmente necessário, pinturas no terreno para levar as viaturas a seguir essas indicações de maneira a evitar qualquer tipo de confusão, mas a obra ainda se encontrava em conclusão. -----

---- Falou da sugestão do cruzamento em frente aos semáforos, na estrada nacional 109 com a Av. 25 de abril, disse que realmente era uma ótima sugestão para não atrapalhar tanto o trânsito que ali se fazia sentir, mas que tinha de ser

uma decisão estudada e avaliada por duas entidades que não a CMM, uma vez que já o tinham tentado fazer e não lhes tinha sido permitido avançar nesse sentido. -----

---- Concluiu com o asfaltamento referido em relação a algumas ruas no concelho, uma delas acima referida, a rua Dr. Manuel Rosete nos Carapelhos, que se encontrava contemplada para esse efeito, mais disse em relação à estrada nacional 109 entre o Seixo e a Ermida, teria mais a ver com as tampas de saneamento que estavam na via, mas que essa situação estava prevista nas intervenções da ABMG, parte essa que tinha englobado alguns estudos com as autoestradas para desvio de trânsitos e que lhes tinha sido negado pelas mesmas, tendo então que apresentar um plano alternativo e que essas intervenções iam acontecer com previsão para o início do ano de dois mil e vinte e quatro. -----

---- Interveio a **Sra. Lurdes Mesquita** (PSD), cumprimenta todos e começou por ler texto, onde salientou a futura celebração dos cinquenta anos do vinte e cinco de abril, fez referência a tudo o que a democracia trouxe após a revolução dos cravos, tais como a igualdade na saúde, igualdade na educação e a liberdade de expressão após o vinte cinco de abril. Enquanto lia texto, deixou algumas questões ao executivo. Questionou como estavam a decorrer as obras de requalificação na escola secundária de Mira e se previa mais alguma requalificação em mais algum estabelecimento de ensino, falou na crise do custo da habitação, onde questionou como estava o projeto da habitação da Videira Norte e onde voltou a falar no estado em que se encontrava o SNS e os constrangimentos que os mesmos estavam a passar no atual momento, e questionou como estava a saúde no nosso concelho. Terminou a sua intervenção apelando à liberdade de expressão no sítio certo e à hora certa e acima de tudo, respeito por todas as classes políticas apelando respeito à democracia. -----

---- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS), dizendo que voltava a questionar acerca do saneamento da Videira do Sul e que não tinha resposta por parte da CMM acerca desse assunto, mais disse que apresentou situações concretas na última assembleia acerca de ruas, passeios, tampas partidas e etc., onde esperava uma resposta direta por parte do Sr. Presidente da Câmara. Falou de um assunto que disse ser do interesse geral para todo o concelho de Mira, mas tinha um ponto específico relacionado com o Mira Oásis e Mira Vilas, que era o plano pormenor da zona A do plano geral de urbanização da Praia e Lagoa de Mira, pois tinha estado em discussão pública e tinha havido diversas intervenções, nomeadamente a da junta de freguesia que tinha feito por escrito a sua análise dando o seu contributo, queria saber o que é que tinha sido considerado e se iam dar informação concreta acerca dessa matéria. Falou acerca de algumas respostas dadas à bancada socialista, onde falou na revisão da interferência nos trabalhos das juntas de freguesia, inclusive na junta de freguesia da Praia de Mira, onde disse que estava disponível para colaborar e trabalhar com o município em todas as matérias e que já se tinha falado ali em algumas delas, mas que nunca tinham sido questionados sobre elas. Falou também nas funções e competências de cada um, onde disse que é da competência do município intervir nomeadamente na reparação e cuidado das placas que eram património municipal, mais disse que juntas de freguesia podiam advertir essas situações, mas os procedimentos de manutenção e reparação, eram da responsabilidade do município. Questionou acerca das pessoas que estavam a fazer a remoção das árvores na entrada da Praia de Mira, pois disse não serem funcionários da CMM. Terminou dizendo que iria fazer chegar a listagem com o levantamento de estradas para o respetivo asfaltamento. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, em resposta à deputada Lurdes Mesquita referiu que em relação ao texto lido, não ia tecer comentários, mas ia responder às questões colocadas. Em relação às próximas comemorações do

vinte cinco de abril, em que se iria celebrar os cinquenta anos do mesmo, disse que já tinham reunido para acertar e planear como iriam decorrer as comemorações referente ao próximo ano. -----

---- Falou que em relação à educação, como era do conhecimento de todos, a remodelação à escola secundária de Mira, onde todos os blocos tinham sido intervencionados, já se encontrava praticamente concluída e estavam para submeter uma candidatura para alargamento de infraestruturas, sendo essa para um novo bloco direcionado para salas e laboratórios. Na escola básica de Mira estava previsto a construção de um novo pavilhão, no sítio onde existia um campo aberto e a remodelação de todo o espaço envolvente a todos os blocos existentes e referentes à EB1 e EB2, e que esse investimento se remetia a um valor de cerca de onze milhões de euros, entre estas duas escolas. -----

---- Disse em relação à habitação, estavam previstas para construção a curto prazo, 22 moradias unifamiliares, mais dezasseis apartamentos distribuídos por dois blocos, ficando oito apartamentos em cada bloco, na zona da freguesia da Praia de Mira, Videira Norte e para fazer face ao custo elevado atual da habitação, essas habitações teriam custos controlados, mais disse que este investimento a curto prazo tinha um custo inicial de 4,6 milhões de euros, mas que o investimento completo iria ultrapassar os 10,7 milhões de euros. -----

---- Falou que em relação à saúde, estavam num momento caótico e generalizado, o que se estava a passar no SNS, não sendo Mira uma exceção, também se devia à falta de médicos no serviço público, dando essa classe preferência a trabalharem no privado e, obviamente, todos podiam de certa forma, sentir o reflexo dessas escolhas pela falta de profissionais de saúde no concelho de Mira. Mais disse, que as medidas tomadas, foi pedir reuniões de urgência com o Sr. Secretário de Estado e com o Sr. Ministro para debaterem o problema face a causar o mínimo de transtorno possível à população do concelho de Mira, também tinham enviado informação para a ARS (Administração Regional de Saúde) Centro e para o ACES (Agrupamento de

Centros de Saúde). Disse que do Sr. Secretário e do Sr. Ministro, não tinham obtido qualquer resposta, mas tinham falado com o Dr. Mário Rui da ARS e receberam em Mira, A Dra. Almerinda Rodrigues, do ACES Baixo Mondego e que as soluções que tinham sido apresentadas, estavam nas bolsas de recrutamento para preenchimento de quatro vagas para Mira e que ia abrir uma nova unidade de saúde familiar (USF) em Mira, podendo ser uma mais valia e mais atrativa para a carreira dos médicos. Acrescentou, que no presente dia da assembleia, 28 de dezembro de 2023, tinham recebido em nome da CIM (Comunidade Intermunicipal) de Coimbra, uma convocatória com o Sr. Presidente da ULS (Unidades Locais de Saúde) de Coimbra, O Dr. Alexandre Lourenço, para o dia cinco de janeiro em Coimbra e que, com toda a certeza, iriam estar presentes para verem o que era possível fazer, em relação à atual situação do concelho na área da saúde. -----

---- Em resposta ao Sr. Francisco Reigota, relativamente ao saneamento da Videira e da Barra de Mira, reforçou que é um plano que não dependia somente da CMM, mais disse que a CMM não tinha autoridade para executar e interferir no saneamento sem o plano EVEF da ABMG. -----

---- Referiu que em relação aos passeios a às tampas partidas, iriam ver quais as situações concretas e necessárias e resolvê-las. -----

---- Falou que em relação ao Mira vilas e Mira oásis, o plano de pormenor tinha estado em discussão pública para que as pessoas, associações de moradores, junta de freguesia e até particulares, se manifestassem e dessem a sua opinião e contributo, para que se fizesse uma avaliação de tudo o que tinha sido exposto e depois, comunicar-se-ia à junta de freguesia o que era possível fazer para se avançar conforme o planeado. -----

---- Falou das placas de toponímia, dizendo que iam fazer um levantamento das placas que estavam a necessitar de intervenção e quando tivessem o material necessário, avançavam na realização dos trabalhos, ou solicitavam o serviço das juntas de freguesia. -----

---- Finalizou com a explicação do porquê do desbaste e limpeza das árvores junto à casa florestal na entrada da Praia de Mira, onde disse que uma parte era de corte de faixa de gestão de combustível da EDP (Energias de Portugal) e outra parte, era da proteção à casa florestal, e que eram situações críticas de infestantes o que levava a limpezas deste género. -----

----- PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação – Tomada de conhecimento -----

---- Tomou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, onde disse que relativamente ao relatório de atividades, era um documento que tinham tido acesso e que estava elencado por temas, por ordem e pelos serviços, assim sendo não ía fazer nenhuma explanação acerca do mesmo, iria respondendo à medida que surgissem questões acerca do documento. -----

---- Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) que disse, *“Neste ponto gostaria de questionar o executivo relativamente à catalogação do espólio arqueológico municipal. Em que condições o poderemos consultar. Relativamente ao Canil Municipal, qual é a situação atual.* -----

Relativamente aos multibancos para a Lentisqueira e Poço da Cruz aproveito também para sugerir em Carapelhos. Nós também não temos multibanco. “. ---

---- Interveio o **Sr. Carlos Nora** (PS), falou que não estavam descansados quanto à gestão e disponibilização financeira da autarquia, disse que as dívidas a fornecedores, agudizavam-se cada vez mais comparativamente ao período homólogo de dois mil e vinte e dois, dizendo que a mesma dívida a fornecedores a conta corrente, apresentavam um aumento de mais de quinhentos e vinte e dois mil, quinhentos e cinquenta e nove euros, passando de oitocentos e cinquenta e seis mil e duzentos e dezanove euros e quarenta e dois cêntimos, para um milhão trezentos e setenta e oito mil e setecentos e setenta euros e 41 cêntimos, dizendo que o pagamento a fornecedores com um atraso a mais de

noventa dias continuavam bastante altos, mais disse que a trinta e um de outubro de dois mil e vinte e três, se encontravam compromissos por pagar acima dos nove milhões de euros. -----

---- Interveio a **Sra. Andreia Petornilho** (PS) que cumprimentou todos e falou na questão anteriormente colocada pelo deputado Sr. Augusto Miranda, reforçando para quando abertura do centro animal em Mira, uma vez que a data prevista já tinha passado. -----

---- Interveio o **Sr. António Gonçalves** (PS) que falou num edital datado de dezanove de janeiro de dois mil e vinte e três, onde o Sr. Presidente da Câmara torna público que a partir de um de fevereiro, seria iniciado um processo de carregamento de certidões de dívida na aplicação da autoridade tributária, para cobrança coerciva e na data de dezanove de agosto a quatro de dezembro de dois mil e vinte e três, disse que foram emitidas trezentas e treze certidões relativamente a refeições escolares, perfazendo um total de sete mil e trezentos e noventa e nove euros e sessenta e dois cêntimos, onde questiona o que tinha sido feito de modo que se evitasse esse tipo de cobrança às famílias em causa e se estas famílias se encontravam numa situação económica desfavorável que as tivesse impedido de fazerem o pagamento das refeições escolares, perguntou se a ação social tinha tomado medidas que pudesse ter evitado esse problema, e se em algum caso, se recusavam a darem o almoço às crianças pela falta de pagamento. Questionou qual a justificação para os valores apresentados na página quarenta do documento, assim como se verificava pelo terceiro trimestre consecutivo, um valor significativo de valores em atraso, dizendo que parecia ser uma regra do executivo atual, ter os pagamentos em atraso. Falou do boletim Municipal e de toda a informação que mencionava o trabalho feito e conseguido positivamente nele contida, parabenizou, mas questionou onde é que esses feitos beneficiavam, ou qual era o valor que acrescentavam à qualidade de vida dos mirenses. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** dizendo ao Sr. Augusto Miranda que podia consultar o espólio arqueológico municipal e que este se encontrava no arquivo. -----

---- Tomou nota da viabilidade de um multibanco para os Carapelhos. -----

---- Falou da obra do centro de recolha de animais, sendo a resposta transversal à deputada Andreia Petornilho e deputado Augusto Miranda, disse que lamentava terem dado uma data para a inauguração do canil e essa não se ter concretizado, falou que a última empreitada tinha sofrido um atraso e que por parte do executivo tudo tinha sido feito, tal como se tinham comprometido. Disse que faltava melhorar os acessos e que para esse efeito, tinha sido contratado cerca de oitenta mil euros a mais, uma vez que se ía mexer nesses acessos, ficava já instalada a água potável, pela necessidade da mesma para os laboratórios lá existentes e para o asfaltamento das duas partes das vias. Assim sendo, não ía dar uma data exata, mas que tudo estava a ser feito para concluir a obra o quanto antes. -----

---- Falou nas questões do deputado Carlos Nora em relação à situação financeira, onde disse que havia sempre problemas por resolver, uns de menor grau, outros de maior grau e cada um entendia como queria, referiu que o que estava documentado por vezes nem sempre correspondia à forma de como era interpretado, o que podia dizer em relação à falta de pagamentos, era que haviam pedidos de pagamentos de fundos comunitários, alguns deles solicitados há mais de um ano e que ainda não tinham vindo. -----

---- Falou da transferência de competências na área da educação, na área da ação social e na área da saúde, onde o município estava a ter prejuízo, pelo facto de o pacote financeiro não acompanhar os gastos que eram necessários, onde referiu algumas situações apontadas pelo deputado António José, nomeadamente dos pagamentos em atraso, onde falou num email recebido da Agencia de Desenvolvimento e Coesão, na data de 13 de dezembro, onde disse que após várias insistências e pedidos para que efetuassem o pagamento, disse

que ia passar a ler esse mesmo email na assembleia para que tivessem noção, de que nem tudo era como parecia ser. Após leitura do email, referiu o que estava escrito no mesmo, ou seja, que o próprio Estado não tinha previsão de pagamento e o município também não tinha liquidez suficiente para fazer face às despesas, referindo que não era nenhum orgulho ter pagamentos em atraso e não ía esconder que os tinham, teriam era de saber lidar da melhor forma com a situação, mais disse que à medida que o dinheiro ia chegando, procedia-se ao pagamento do montante global e era inevitável e evidente, que se ia transitar para o ano de dois mil e vinte e quatro com pagamentos em atraso, mas não em montantes atrás referidos. -----

---- Respondeu à questão das 313 certidões de almoços às famílias e às cobranças coercivas, onde referiu que o sistema que existia, era um sistema informático, que disparava automaticamente quando os carregamentos não eram feitos para que as crianças tivessem acesso às refeições, onde deixou claro e corrigiu o deputado António José, que nenhuma criança ficava ou tinha ficado sem almoço. -----

---- Falou da questão das menções aos prémios conseguidos e referidos no boletim municipal, disse que no ano anterior, o executivo tinha sido o alvo por ter “perdido” um deles e que realmente não dava para entender, mais disse que quando o município concorre e faz candidaturas para determinado prémio, obviamente queria sair vencedor e se assim acontecesse, fazia-se a intenção de o mostrarem e de o mencionarem. -----

---- Salientou, que as dividas da educação referentes às refeições escolares, não eram somente referentes a isso, podia estar incluído, a falta de pagamento das CAF (complemento de apoio à família), e ou das AAAF (atividades de animação e apoio à família). -----

---- Interveio o **Sr. Eurico Martins** (PS) falou relativamente aos atendimentos na ação social, mencionou dezassete atendimentos no período de doze de setembro, a trinta de novembro, referindo que as famílias de Mira estavam bem

a nível social de riqueza, ou eram poucos atendimentos para esse período de tempo. Falou que em relação ao orçamento para dois mil e vinte e quatro, ía haver um desinvestimento de cinquenta e dois mil euros, para quarenta e seis mil cento e vinte euros, queria com isso dizer que eram cerca de onze por cento a menos. Questionou, se era por isso que o concurso para técnico superior da ação social, tinha sido novamente cancelado e se tinha sido por isso que em dezassete municípios do distrito, somente dois não receberam a bandeira verde no que tocava no apoio à família, onde disse que nesses dois, Mira estava incluído, mais disse que em boletins municipais anteriores, Mira vangloriava-se desse mesmo prémio, o da bandeira verde de apoio às famílias, onde questionou, em que ponto é que se estava. -----

---- Interveio a **Sra. Maria José** (PS) disse que a bancada do partido socialista, gostava de saber o porquê de tantas avenças e prestações de serviços na área da educação e também no complexo desportivo, se era o caso de ser mais vantajoso, ou se era uma má gestão de recursos, o que revelava uma má gestão e uma falta de planeamento responsável e sustentável. -----

---- Interveio a **Sra. Lurdes Mesquita** (PSD) disse que talvez não fosse a melhor ocasião para falar da situação dos almoços, mas como tinha conhecimento da situação, não podia deixar de clarificar que ninguém ficava sem almoço na escola, mas se houvesse falta de trinta almoços, porque se tinham esquecido de os marcar atempadamente, não podiam passar à frente de quem o tinha feito, tinham sim, de esperar. Falou da discussão do documento em causa, pela clareza dos factos e da transparência do mesmo e do que se tinha passado nos últimos três meses na autarquia, sendo por essa razão, que todos ali se encontravam a discuti-lo como assim devia de ser feito, dizendo que era bom que outros órgãos autárquicos procedessem da mesma forma. -----

---- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) falou da intervenção da Sra. Lurdes Mesquita, quando a mesma disse, que se discutia nessa assembleia, esse relatório até ao mais ínfimo pormenor, assim sendo, tinha de congratular a

bancada do PS por estar a fazê-lo. Falou de duas frases proferidas pelo o Sr. Presidente, Artur Fresco, dizendo que revelavam a falta de visão e de rigor que o atual executivo tinha, como disse ser a justificação da abertura do CRA (centro de recolha animal) e sobre os oitenta mil euros de trabalhos a mais que tinham de ser feitos, onde referiu falta de planeamento e execuções feitas em cima do joelho e as obras atrasadas, inacabadas como se via por todo o concelho, dizendo que o planeamento não se encontrava bem feito. Disse que algumas dessas obras tinham fundos comunitários, mas não era o caso nessas duas situações, porque nas situações em que a obra corria mal, essa tinha de ser paga a cem por cento pelo município, onde referiu os cento e quarenta e seis mil euros mais iva, do alcatroamento da Praia, que diziam ser da Eurovelo e não era. A segunda frase que se tinha referido, tinha sido quando Sr. Presidente justificava a falta de pagamentos de fundos comunitários, com o email que tinha lido, mais disse que as duas situações, revelavam exatamente o que estava a acontecer e que havia fundos comunitários que ainda tinham de ser explicados, o que de bom tinham trazido para o município. Falou que havia alguns fundos comunitários que traziam benefícios e esses tinham de ser de forma sustentável, dizendo que se o município fosse bem gerido, se tentasse perceber quais as receitas, qual a condição económica do município, podia-se sim, nesse caso avançar nessa direção. Falou que eram defensores da habitação, da saúde e da educação e que sabia que as obras nesse sentido, eram importantes para o concelho de Mira e deviam ser aproveitadas, mas referiu que existe falta de rigor nas execuções feitas no concelho. Referiu-se à anterior assembleia, onde disse que ainda na falta de resposta a algumas questões, mas também referente a uma visita feita por dois secretários de estado à empresa, Flatlantic, onde nessa mesma visita tinha estado o anterior Presidente da Camara de Mira, Raúl Almeida e o vereador Bruno Alcaide, onde referiu que se estava a falar na possibilidade de mais um investimento de sessenta milhões de euros para o concelho de Mira, de uma empresa que continua a criar emprego no concelho,

onde referiu que já que se omitia e nem sequer nas redes sociais do município aparecia nada sobre esse assunto, mais disse que alguns dos eleitos do PSD, já eleitos na altura em que essa empresa estava para vir para o concelho de Mira, eram contra a sua vinda. Disse que relativamente à anterior assembleia, tinha questionado o Sr. Presidente acerca da sua conta pessoal nas redes sociais, devido ao facto de ele a usar para fins promocionais do município, disse que ia referenciar três situações em que isso tinha acontecido, era o caso da visita a Cabo Verde, a obra do campo do Fojo ou a passagem de ano, que tinham sido primeiramente anunciadas na sua página pessoal, antes do que em qualquer sítio e questionou porque é que o Sr. Presidente tinha bloqueado o partido socialista da sua página, se tinha existido algo que o partido socialista tivesse feito que o desagradasse. Questionou acerca da visita a Cabo Verde, se esta tinha sido aprovada e de que forma estava suportada esta viagem. Falou da inauguração do mercado da Praia de Mira, onde disse que não tinha ido à inauguração por opção, mais disse que não concordava com obras mal-executadas e que não se associava a coisas más e gostava de saber também, o que se passava com o bar e o restaurante do mercado, dizendo que este, após pouco tempo de estar aberto, já se encontrava fechado. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que respondeu acerca do concurso da ação social, onde disse que esse tinha sido anulado uma única vez, devido a não se encontrar legalmente bem, acautelando assim a não legalidade do mesmo, procedeu-se ao seu cancelamento. Referiu o contrassenso de intervenções, por anteriormente terem sido mencionados uns tantos galardões onde não se via o seu benefício para o município e de seguida houve quem questionasse o porquê, do galardão não conseguido, relativamente à bandeira verde da ação social para o município. Ainda acerca da ação social, disse que o que estava contemplado era relativo ao ano corrente, dizendo que ficavam contempladas algumas rubricas que transitavam para o ano seguinte, mas caso houvesse necessidade de maior, teriam oportunidade de reforçar mais tarde. ---

---- Em relação ao que a deputada Maria José intervencionou, disse que a maneira mais rápida para dar resposta face às necessidades a determinadas disciplinas, era através da contratação e da prestação de serviços, dizendo que umas fazem parte do quadro da CMM e outras não, mais referiu acerca do complexo desportivo, aquelas que davam a parte das atividades físicas e desportivas, os horários complementavam-se, mas que ficava sempre difícil de saber a necessidade exata do momento. -----

---- Falou da falta de visão e planeamento como assim o disse o Sr. Francisco Reigota, referiu que são palavras duras e que obviamente não concordava com elas, pois eram duas visões diferentes. Relativamente abertura do CRA, disse que estavam prontos para a sua abertura, mas verificou-se que os acessos não estavam concluídos nem nas devidas condições, assim sendo decidiu-se investir mais oitenta mil euros e deixar a obra como devia de ser, não podendo assim concordar com as suas palavras na falta de visão e planeamento. -----

---- Referiu-se à sua página na rede social, facebook, onde disse ser uma página sua e pessoal e quanto a isso, desde que não esteja a desrespeitar nenhuma regra, fazia o que bem entendia, não fazendo disso tema. -----

---- Disse que a viagem a Cabo Verde foi de cariz social, conjuntamente com a associação humanitária dos bombeiros voluntários de Mira, para transporte de uma ambulância que tinham oferecido ao município de Santa Cruz e a comitiva que se tinha deslocado de Mira até Cabo Verde, tinha sido o presidente, o chefe de gabinete e facultaram a viagem a uma técnica do município, que já se havia deslocado a Santa Cruz uns dias antes, para dar apoio e colaborar na parte de planeamento e ordenamento do território naquele município. -----

---- Relativamente ao bar/restaurante do mercado da Praia de Mira que tinha sido concessionado, disse que tinha ido a hasta pública, os senhores que lá estavam, foram os vencedores, quanto ao que se tinha passado para terem desistido da exploração do mesmo, não sabia qual a razão, sendo decisões privadas, só se tinha a respeitar. -----

---- Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA), disse que gostava de acrescentar uma nota quanto ao espaço do Atrium, onde referiu que já se tinha manifestado anteriormente achando-o “acanhado”, de momento queria acrescentar que também gelado, por este não ter aquecimento. -----

---- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS) disse que queria referir duas notas, a primeira era que quando se referia ao mau planeamento, um dos exemplos era mesmo a do CRA, falou que antes de se dar início à obra, os acessos já se encontravam degradados. A segunda nota era sobre o bar/restaurante do mercado da Praia de Mira, onde disse que quem estava a explorar a concessão, tinha saído porque não se estava a cumprir o que tinha sido contratualizado, nomeadamente o que tinha haver com as infraestruturas, onde deixou a questão, se era verdade ou não. -----

---- Interveio a **Sra. Lurdes Mesquita** (PSD), falou que relativamente à antiga Pescanova, queria lembrar que o ex. Presidente da CMM, Dr. Raul de Almeida, não tinha votado contra a vinda dessa mesma empresa para o município de Mira e que o atual executivo, tinha muitos contributos na continuidade desse projeto, mais disse que se o Sr. deputado e presidente de junta de freguesia da Praia de Mira, Francisco Reigota, discordasse do modo de atuar e da política que o atual executivo exercia, era um direito igual para todos, assim como algumas correções para lembrar alguns pequenos esquecimentos. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, voltando a referir que foi uma opção de não abrir o CRA sem ter os acessos devidamente melhorados, mais disse que relativamente ao bar/restaurante do mercado da Praia de Mira, não tinham qualquer informação de quem tinha saído de lá, tivesse sido por incompatibilidades ou falta de acordo com aquilo que tinha ficado contratualizado, mas que iriam averiguar a veracidade dos factos. Referiu que em relação ao que tinha sido falado em relação à Flatlantic, onde disse que eram parceiros dessa mesma entidade e que tinham todo o interesse em ter e manter, uma empresa daquelas dimensões no município de Mira, onde já tinham

recebido naquele mesmo local, o Atrium, uma iniciativa da empresa chamada, o Projeto Mega Peixe, onde se tinha dado nota de imprensa acerca do mesmo, referiu que era incompatível com aquilo que se queria passar, em como o município não queria saber, ou não se interessava, não correspondia de todo à verdade. -----

---- **Ponto 1, foi Tomado Conhecimento** -----

---- **PONTO DOIS: Aprovação do orçamento e plano orçamental plurianual, opções do plano, autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2024, nos termos do disposto no artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.** -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu aos serviços da CMM pela elaboração do documento, que era longo e exaustivo, mas que tinha de ser dessa forma para reflexão do que se tinha, e que desde trinta de agosto de dois mil e vinte e três, o executivo tinha tido remodelações, onde ele próprio tinha tomado posse como Presidente da Câmara Municipal de Mira, onde também tinha entrado no executivo, a vereadora Adriana Sousa, por esses motivos tinha havido ajustes nos pelouros, sendo este o terceiro plano e orçamento que se fazia neste mandato, mas o primeiro deste executivo. Disse que iria passar a elencar um enquadramento geral e que esses documentos eram elaborados em meados de novembro, mas na realidade quando se fazia essa explicação, não iriam ser exatamente iguais aos valores que lá se iam encontrar. Passou então à leitura do documento de proposta de orçamento para o ano de dois mil e vinte e quatro e com uma pequena apresentação em PowerPoint. -----

---- Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) que disse o seguinte, *“Relativamente a este ponto gostaria de destacar a não inclusão, pelo menos de forma explícita, das nossas propostas para o orçamento e plano de atividades municipal.* -----

Aproveito para dar alguns exemplos que são interessantes, no nosso ponto de vista: -----

A evocação do 25 de novembro de 1975, como há pouco já referi. Tenho a certeza que daqui a alguns anos será evocado neste concelho, não percebo a razão para não o fazermos desde já; -----

Um programa de ecopontos domésticos, algo que se faz aqui nos nossos concelhos vizinhos e que algumas freguesias do nosso concelho já tentaram implementar; -----

A revitalização das fontes e fontanários, algumas freguesias já fizeram esta revitalização outras nem por isso; -----

A construção de um novo cemitério municipal. O tempo que andamos a remendar o que temos podemos seguir o exemplo de Cantanhede que aprovou recentemente um novo cemitério municipal de raiz; -----

Apoios à natalidade, como sabem o nosso concelho tem um saldo natural extremamente negativo que é atenuado com a imigração. Os nossos concelhos vizinhos já incentivam a natalidade com programas municipais.

Deixo aqui apenas estes exemplos entre muitos outros que poderia aqui anunciar. -----

com domicílio fiscal nos seus territórios. Em Mira esta taxa é de 5% mas em Anadia é apenas 3%.” -----

---- Interveio a **Sra. Maria José** (PS), disse que a bancada do partido socialista, gostariam de saber mais em concreto, quais eram as estratégias que o executivo municipal gostaria de colocar em prática, salientou que usar como argumento os três dias de passagem do ano, não lhes parecia uma justificação razoável, para combate à sazonalidade. Na saúde falou que, em relação ao facto do centro de saúde de Mira vir a ser intervencionado, não se justificava as falhas no resto do concelho, dando o exemplo da extensão de saúde da Praia de Mira, que tinham acabado de saber que já não havia médico para essa mesma extensão. Em relação à educação disse que eram as obras na escola secundária que ainda

estavam em curso, na habitação referiu um grande investimento de dez milhões e setecentos mil euros (10.7 Milhões de euros) na Videira Norte para habitação a custos controlados, sendo essa uma medida do PS. Terminou dizendo que ficavam a aguardar resposta a estas questões. -----

----- Interveio o **Sr. Carlos Nora** (PS), falou que o orçamento e o plano de atividades apresentado para o ano de dois mil e vinte quatro pelo o executivo, demonstrava falta de planeamento e estratégia relativamente às necessidades que proliferavam no nosso concelho, principalmente na zona sul do mesmo. Referiu que aldeias como Arneiro, Leitões, Lentisqueira, Colmeal, Cavadas, Corujeira, Ermida e Ramalheiro, tardavam na melhoria das mesmas, como na falta de intervenção do saneamento, referiu que os parques de lazer continuavam sem qualquer tipo de manutenção e não se vislumbrava qualquer situação que fosse num sentido positivo. Disse que relativamente ao orçamento, o executivo planeava aproveitar os fundos comunitários adjacentes do PRR (plano de recuperação e resiliência) do Portugal 2030, disse que concordava, mas que apesar das candidaturas aprovadas, os valores financeiros só viriam após as faturas estarem pagas aos respetivos fornecedores de investimento. Questionou se o município tinha essa disponibilidade financeira e se existia alguma verba que fizesse face a essa situação, ou se pensavam em fazer mais alguns empréstimos em dois mil e vinte e quatro. -----

----- Interveio o **SR. Presidente da Câmara**, disse que em relação à intervenção do deputado Augusto Miranda, as propostas que este lhes tinha feito chegar, eram válidas e tinham sido avaliadas junto do executivo, mas que de momento não ia de encontro à política e estratégias que tinham delineado, tendo assim optado pela estratégia já planeada pelo executivo, algumas seriam feitas sim, mas não com os títulos que o de deputado Augusto Miranda tinha elencado. ---

----- Falou que em relação aos apoios à natalidade, tinha de se dar apoio para as pessoas se fixarem, onde incluía o apoio escolar e relativamente o apoio à

terceira idade, visto que se tinha notado um aumento não só de natalidade, mas populacional devido ao acréscimo da imigração no concelho. -----

---- Em relação à intervenção da deputada Maria José, referiu que já ficava em resposta ao deputado Carlos Nora, disse que seria bom que os municípios tivessem meios financeiros para darem resposta às mais variadas situações que iam surgindo no concelho, inclusive se fosse feito tudo o que as pessoas pediam, o que obviamente era impossível, não se chegaria a lado nenhum. Obviamente tinha de se fazer escolhas à medida das necessidades do momento e de cada situação, onde falou na obra da habitação da Videira Norte, onde tinham referido que era obra do PS, questionou então que nesse caso, o estado em que se encontrava a saúde, por acaso também era obra do PS, querendo com isto dizer, que a crise estava instalada no país pelas mais adversas situações, mais disse que se não fossem capazes de captar, ou realizar esses investimentos ou candidaturas, seria mais difícil de atravessar o momento em que se encontravam. Deu o exemplo, no caso das transferências de competências, em que disse que o pacote não acompanhava as dificuldades, tinham muito mais trabalho, muitas mais responsabilidades e não estavam a ser compensados financeiramente, daí a grande dificuldade de manter os compromissos na devida ordem. -----

---- Respondeu ao deputado Carlos Nora, que em relação à estratégia, oitenta por cento dos trabalhos que se faziam, tinham de ser através de fundos de financiamento, mais disse que caso contrário, os municípios não tinham capacidade para isso, que muitas vezes existiam projetos que não podiam esperar, necessitavam de ser executados, ou pedidos de pagamento em que se pagava primeiro e só depois mais tarde é que eram reembolsados, disse que também existiam situações, em que se apresentava a fatura e recebia-se a participação, existindo depois, um determinado limite de tempo para pagar, querendo com tudo isto dizer, que era uma ginástica financeira enorme para equilibrarem as duas coisas, optando então, por fazer e concretizar as obras

necessárias, não podiam ficar parados à espera que as coisas aconteçam só por si. -----

---- Interveio o **Sr. Mauro Seiça (PS)**, cumprimentou todos e falou nos encargos excessivos, a seu ver, que o município tinha a nível de funcionários e os gastos com os mesmos, enumerou o número de funcionarias com municípios vizinhos, onde disse que Mira comparativamente com alguns municípios, triplicava esse valor. Questionou, como era que o município pensava agir, adotando a medida de contratação de mais cento e catorze funcionários, uma vez que este se encontrava muito endividado, elevando em muito o valor dos encargos em mais de um milhão de euros. Questionou, se o município não deveria repensar essa estratégia e não assumir de momento tais encargos. Voltou a questionar, se tinham feito um levantamento das características e quantidades dos funcionários existentes e se existia algum estudo que sustentasse a necessidade de contratar mais funcionários e qual a pretensão do atual executivo, até ao final do mandato.

-----Interveio **Sr. António José (PS)**, falou no orçamento e das opções de plano, disse que havia alguns números preocupantes pelo desinvestimento em algumas áreas, onde salientou serem muito importantes para o concelho e passou a referir as seguintes percentagens, 37,52 por cento designados para o ensino não superior, 11,31 por cento na ação social, 58,54 por cento no saneamento e salubridade, 59,77 por cento na proteção ao meio ambiente e 25,2 na indústria e energia. Disse que um município que desinveste nas áreas referidas, era um município sem rumo e sem futuro e como queriam fixar pessoas e criar postos de trabalho qualificados, quando se retiravam parte dos apoios nessas mesmas áreas. -----

---- Interveio o **Sr. Francisco Reigota (PS)** onde lê um pequeno texto, expondo de certa forma, o ponto de vista até ao momento da bancada do partido socialista. -----

---- Após terminar a leitura do mesmo, expõe ao executivo dois desafios, um deles era não contraírem mais nenhum empréstimo e assumir a criação de mais

receita sustentável como prioridade do orçamento e mudar as suas bases, onde referiu que gostaria de obter informação mais detalhada e discriminada como já o havia pedido anteriormente. Em segundo lugar, disse para assumirem um investimento concreto e verdadeiro para cada localidade, mais disse que gostaria de ver todas as localidades a serem respeitadas no orçamento apresentado. Pediu informação mais definida acerca das principais obras para as localidades do concelho, onde disse que estava disponível para contribuir para o desenvolvimento do mesmo, onde mantinha a intransigência na defesa dos cidadãos e dos ideais que representavam. Terminou dizendo que Mira, atualmente revelava falta de liderança e rigor em termos económicos financeiros e sociais, com um estrangulamento atual de gestão do atual executivo, e que continuava sem conseguir vislumbrar como é que se ía manter sustentável esse tipo de orçamento. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, respondeu de forma transversal para que servisse de resposta às varias questões que se foram colocando e que de certa forma, eram direcionadas para o mesmo fim, onde disse que em relação aos postos de trabalho, não era fácil a gestão do quadro de pessoal, tinha de se ponderar cada uma e tomar decisões, falando que quando mencionou anteriormente que tinham 359 posto de trabalho, tinha dito que 245 encontravam-se preenchidos, os restantes ainda estavam por preencher. Falou que atualmente, o município de Mira era provavelmente o maior empregador do concelho, onde de momento, devia-se à transferência de competências que tinham surgido, nomeadamente, na área da educação e da saúde, que trouxeram assim mais colaboradores, e obviamente, tinham-se de incorporar no quadro de pessoal do município, não havendo outra alternativa, isso também por imposição do partido socialista que decidiu que era a altura de fazer a transferência de competências e o município aceitou, sabendo de outros municípios que tentavam atrasar o processo. Referiu que eram a favor da descentralização, só não concordavam da forma como estava a ser feita pois

gostavam que o município fosse compensado por isso, porque ao entrar mais colaboradores para o quadro do município, ia implicar mais despesa, uma vez que as transferências de competências não cobriam financeiramente todo o encargo, saindo o município lesado, e isso, referiu, que eram cálculos que se remontavam a dois mil e dezoito e não a dois mil e vinte e três, ano esse que estavam com atualizações de salários. Falou do procedimento dos vencimentos, da falta de viatura, do estado em que se encontravam as estruturas dos edifícios, tudo isso tinha vindo como despesas para o município. Disse que abriram concursos para ainda a curto prazo, incorporar mais assistentes operacionais e assistentes técnicos, para reforçarem os serviços que já estavam e que os vieram, dar mais trabalho de resposta ao município. -----

---- Acrescentou que Mira não tinha empresa municipal assim como tinha Cantanhede, mas caso tivesse, o rácio referido relativamente ao número de trabalhadores por habitante, como referiu o deputado Mauro Seiça, evidentemente não seria o mesmo. -----

---- Falou na intervenção do deputado António Gonçalves, quando este falou na falta de investimento na área do ambiente e da energia, disse que tinham precisamente um cluster energético, que ia surgir na freguesia do Seixo, mas que se sabia que Mira não tinha capacidade para armazenar toda essa energia que iria ser produzida em alta tensão, referiu que Mira só tinha capacidade em media tensão, ficava perto do edifício AIBAP, onde disse que teriam de levar a energia via aérea virada a norte, mas que estavam a aguardar que fosse indicado um novo trajeto, para fazer a implementação dos apoios e da passagem de cabos para se avançar e apostar nestas energias. Referiu que não tinha visto nas propostas feitas pelo partido socialista, uma obra feita para cada localidade, onde disse que o executivo tinha optado pela sua estratégia, sendo essa, fazer investimentos que consideravam estruturantes, onde iria passar a nomear alguns, mas que seria para benefício de toda a população de Mira. Passou então a referir alguns desses mesmos investimentos, como era o caso do alargamento

da zona industrial do Polo I, que já se encontrava em execução, e nomeadamente a zona industrial do Montalvo com catorze novos lotes, referiu também a habitação acessível na Videira Norte na freguesia da Praia de Mira, falou num investimento em equipamentos desportivos na Praia de Mira, Mira, Seixo, Portomar, no clube Domus Nostra, e em mais vários campos, pois queriam valorizar o desporto, assim como os atletas que tem tido e que possam vir a ter, crescimento no concelho de Mira, elevando assim o patamar competitivo na área desportiva. Falou na área da saúde, na requalificação do edifício da sede do centro de saúde em Mira, onde este já contava com mais de trinta anos e nunca tinha sofrido qualquer tipo de intervenção, mas que se encontrava para breve, onde disse que a obra envolvia mais ou menos um custo de dois milhões de euros, falou que também quatro extensões de saúde, iriam sofrer intervenções para melhorias das mesmas, onde falou num custo de mais de um milhão de euros para estas quatro extensões de saúde, acrescentou que podia não haver médicos de momento para as extensões de saúde, não fazendo esse serviço parte da competência do município de Mira, a colocação dos médicos, tinham sim era de fazer a melhoria dos espaços e mantendo-os operacionais para quando viesse um profissional de saúde para exercer as suas funções, os espaços se encontrassem devidamente cuidados e aptos a dar a assistência necessária à população. -----

---- Na parte da educação, falou nas obras decorrentes na escola secundária de Mira, onde futuramente virá a existir, um novo bloco para salas de aula e laboratórios, onde referiu sete milhões de euros para a EB2 de Mira, para remodelação completa de todos os blocos, área envolvente e criação de um novo pavilhão, onde este servirá para libertar mais o pavilhão municipal, para que mais associações pudessem vir a usufruir do mesmo para as suas atividades, onde muitas das vezes isso não era possível. Finalizou dizendo que não era obviamente uma obra para cada localidade, mas sim obras estruturantes que iriam abranger muito mais, toda a população de Mira. -----

---- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS), disse que voltava a referir que não estavam contra as obras que estavam a ser feitas e nem naquelas que ainda estavam por vir, nem contra ao facto do executivo aproveitar as oportunidades que iam aparecendo através dos fundos, ou das candidaturas, principalmente na área da saúde, da educação e da habitação, visto que eram áreas imprescindíveis na vida coletiva, onde referiu, que caía bem elencar toda essa lista, falou que estava era contra à falta de estratégia, da falta de coerência, da falta de uma linha orientadora para obter receita, onde mais referiu que não havia sustentabilidade económica, ou mesmo sustentabilidade de recursos humanos para o município. Disse que a bancada do partido socialista, esperava pela resposta quanto ao estudo que era feito e que sustentava o acréscimo em termos de funcionários, ou qual era a carência ou não carência, em termos de recursos humanos que o município tinha nas várias áreas, onde mais disse, que esse estudo já devia ter sido apresentado na assembleia municipal, para se saber qual era o gasto previsto em recursos humanos para os próximos dez anos. Referiu que estava a ser feita uma má gestão pública e autárquica. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, disse que o Sr. Francisco Reigota tinha todo o direito de manifestar a sua opinião e que obviamente a sua visão não era de todo igual ao que o executivo pensava e concluía. Falou que o executivo sabia bem para onde ia, como sabia que podiam estar toda a tarde na troca de opiniões, que obviamente não iriam chegar a um ponto de vista consensual. Referiu que já tinha falado e apresentado anteriormente a estratégia do executivo, inclusive os documentos pedidos estavam disponíveis para consulta e não ia continuar a debater opiniões divergentes. -----

---- Colocado à votação o Ponto 2 foi aprovado por maioria, quatro votos contra do PS, mais um contra do CHEGA, restantes votos a favor do PSD. -----

---- Declaração de voto do CHEGA, interveio o **Sr. Augusto Miranda**, onde descreveu que votava contra este orçamento porque não foram incluídas quaisquer propostas suas neste orçamento. -----

---- Declaração de voto do PSD, interveio a Sra. Lurdes Mesquita onde descreveu e teceu considerações do documento de orçamento apresentado para o ano de 2024 e que estava a ser apresentado na assembleia que estava a decorrer, fez leitura de texto onde compilou os assuntos trazidos à assembleia e reforçou o esforço financeiro recorrendo a meios próprios do município, mas também o facto de se tentar tirar o máximo de partido do PRR e do novo quadro comunitário de apoio 2030. -----

---- **PONTO TRÊS: Atualização da taxa de IMI para prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo - 2024 (IMI famílias), por força da Lei nº 56/2023, de 6 de outubro, em cumprimento do previsto na nova redação do artigo 112.º- A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis - CIMI, aprovado em anexo ao Decreto – Lei nº 287/2003 de 12 de novembro, na atual redação, em harmonia com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.**-----

---- O **Sr. Presidente da Câmara**, apresentou o ponto três onde passou a dizer que em reunião de camara de 13 de setembro de 2023, tinha sido deliberado por unanimidade a fixação da taxa de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) para prédios sujeitos passivos com dependentes a cargo para o ano de 2024 numa taxa mínima dentro do possível, pois entendiam e estavam sensíveis à atual dificuldade financeira de famílias mais numerosas. Disse que tinha sido publicada recentemente a lei 56/2023 a 6 de outubro, onde se tinha alterado a dedução fixa para as famílias que tinham um, dois ou três dependentes a cargo, mais disse, que essa alteração beneficiava mais do que a anterior, onde tinham resolvido atualizar assim para os novos valores, sendo esse de trinta euros para quem tinha um dependente a cargo, setenta euros para quem tinha dois elementos a cargo e caso tivessem três ou mais dependentes a cargo, beneficiariam de cento e quarenta euros. Referiu que iriam avançar com esse benefício na redução do IMI. -----

---- Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA), que passou a dizer o seguinte,

“Neste ponto queria salientar a nossa concordância com este tipo de propostas. O IMI familiar é uma boa iniciativa. Mas aproveitamos para desafiar o executivo para a mesma atitude relativamente ao IRS e mais concretamente à “Participação variável no IRS”, que consta no Regime Financeiro das Autarquias e Entidades Intermunicipais. Segundo esta lei, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável, entre 0% e 5%, no IRS dos contribuintes com domicílio fiscal nos seus territórios. Em Mira esta taxa é de 5% mas em Anadia é apenas 3%”. -----

---- Interveio o **Sr. Carlos Nora** (PS), falou que quanto à proposta de redução do IMI, iriam votar favoravelmente. Disse que o partido socialista sempre se manifestou e incentivou, no sentido favorável dessa redução de valores no concelho de Mira, mais disse que o PS, estaria sempre ao lado das famílias mais carenciadas e com dificuldades. Questionou se o executivo se tinha desinteressado pela proposta feita pelos deputados do PS, o deputado Sr. João Nogueira (já falecido) e o deputado Sr. Francisco Reigota, quanto à isenção do IMI dos palheiros e das casas gandaresas. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, falou que tinha registado a proposta do deputado Augusto Miranda, para futuramente se ponderar a redução da taxa do IRS (Imposto sobre Rendimento das pessoas Singulares). Falou que estavam todos em unanimidade quanto à medida de apoio, em benefício das famílias do concelho. -----

---- Colocado à votação o Ponto 3 foi aprovado por unanimidade. -----

---- Declaração de voto do PSD, interveio o deputado **Rui Pedro**, salientando a postura correta do executivo do município, pela sua decisão em prol das famílias e do seu orçamento familiar. Pelo exposto, a bancada do PSD votou favoravelmente. -----

---- PONTO QUATRO: Aprovação da adenda ao auto nº 012/2023, de transferência de competências para os órgãos municipais e para a entidade intermunicipal no domínio da saúde, em harmonia com o disposto no artigo

4º da Lei nº 50/2018 de 16 de agosto, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, apresentou o ponto onde falou, que em 27 de setembro, a assembleia municipal por maioria, havia aprovado o ponto em questão e a câmara municipal a 13 de setembro, havia aprovado por unanimidade, a transferência de competências na área da educação. Disse que após em consequência da aprovação, tinha-se procedido à redação de uma adenda à minuta que se havia aprovado da transferência de competências nessa área, de modo a que se concretizasse a adaptação casuística do clausulado e dos anexos, envolvendo o ministério da Saúde, Administração do Centro e a Câmara Municipal de Mira. Disse que com isto, o que se propunha depois de ter sido aprovado em reunião de câmara, era submeter a proposta à Assembleia, para essa ratificação. -----

---- Interveio o **Sr. Mauro Seíça (PS)**, falou que o município atravessava uma crise grave e nunca vista, disse que a bancada do PS se encontrava preocupada. Interrogou como tinha a situação chegado a este ponto na área da saúde e que a população tinha de saber o que se estava a passar, onde nada tinha sido feito para alterar o rumo da mesma. Voltou a interrogar o executivo, se sabia do concurso aberto a 11 de dezembro com aviso 23949A/2023, para recrutamento de pessoal médico, onde disse que se o executivo sabia, aparentava o contrário, mais disse que nada tinha sido feito para preencher os quatro postos de trabalho que estavam a concurso para Mira. Questionou o porquê, da não existência de médicos em Mira e de não quererem fixar-se no concelho, mais disse que o executivo não tinha tomado diligências algumas para o preenchimento das vagas e o que é que estava a acontecer, para os vários profissionais de saúde não quererem ficar por Mira, ou se ficavam era por pouco tempo. Disse que a bancada do PS, tinha conhecimento de outros municípios, onde dava o exemplo de Sintra ou o de Oliveira de Hospital, que tinham criado incentivos para fixarem

os profissionais de saúde nos seus municípios, dando o exemplo de apoios às rendas de habitação, aos meios de transportes, alimentação etc. Referiu que no concelho de Mira, nada se tinha feito e assim se continuava para 2024. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, no assunto que dizia respeito à saúde, disse que já era tema gasto e de quem não via nem lia as notícias, era uma situação transversal e caótica no país inteiro e o que estava a acontecer na área da saúde, vinha da má gestão do governo do partido socialista e não culpa do município, mais disse que não fazia qualquer sentido, vir um deputado da bancada do PS pedir satisfações ao município pela falta de médicos no concelho de Mira, onde mais disse que até ao dia 1 de outubro estava tudo bem e logo após essa data passou a estar tudo muito mal e a imputar ao executivo a falha que existia na falta de profissionais de saúde no concelho de Mira. -----

---- O **Presidente da Câmara** pediu permissão ao **Presidente da Assembleia** para passar a palavra à vereadora Madalena Santos. -----

---- Tomou a palavra a vereadora **Madalena Santos**, que cumprimentou todos e disse que o centro de saúde de Mira tinha uma equipa reforçada até há dois anos, altura essa em que tinha começado a instabilidade. Referiu que a organização dos serviços de saúde em USF (unidades elementares de prestação de cuidados de saúde, individuais e familiares), era a organização que mais cativava jovens médicos. Explicou, que havia um colega que estava ao serviço no centro de saúde de Mira há mais de trinta anos, e o mesmo não podia fazer parte dessa organização, no entanto, tinham optado enquanto equipa, procederem a uma candidatura para USF, com um fim de cativar mais médicos para as unidades de saúde, pois sabiam que no espaço de seis meses, iriam ter quatro reformados, que era metade da equipa que estava prevista. Referiu, que como tinham optado por respeitar o colega que estava há mais de trinta anos a trabalhar com toda a equipa, essa opção veio trazer consequências para a unidade de saúde, pelo facto de não se terem organizado atempadamente como USF para cativar nestes novos concursos, para a vinda de novos médicos. Disse

que eram uma UCSP (Unidade de Cuidados de Saúde Personalizado) e todos trabalhavam, para manter os recursos de saúde em todas as localidades, onde referiu, que as novas USF, queriam os jovens médicos centralizados numa só sede, mais disse, que os jovens médicos que vinham para o centro de saúde, não queriam trabalhar nas extensões de saúde, onde disse que por isso, tinham de estar numa rotatividade constante. Falou que tinha sido sugerido à coordenadora do centro de saúde, uma proposta de fechar extensões de saúde para que novos médicos se fixassem no centro de saúde e não nas extensões do mesmo, na qual a resposta da senhora coordenadora, juntamente com o resto da equipa residente e não residente, optou pelos serviços de saúde que iam ao encontro das populações e isso passava por manter as extensões de saúde em funcionamento, onde disse, que eram essas mesmas extensões de saúde que iam dar apoio à população idosa e ao encontro das necessidades das populações que se encontravam sozinhas, sem quaisquer meios de deslocação ou sem qualquer tipo de apoio quando necessitavam dos cuidados dos serviços de saúde. Rematou dizendo, que estavam a trabalhar para a vinda de novos médicos que residissem próximo e que já tinham a candidatura proposta para 2024, sabendo que com o acréscimo de ordenados e novas portarias nem sempre traziam benefícios, mas que era certo que queriam manter os serviços já existentes em funcionamento, fazendo as melhorias necessárias para servir o melhor possível a população do concelho de Mira. -----

---- Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA), disse que não concordava na totalidade com aquilo que o PS tinha dito, mas que se devia fazer todo o possível para trazer e cativar jovens médicos para o concelho de Mira. -----

---- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS), falou que se devia dizer o que se pensa, assim como exemplo, a vereadora Madalena que o tinha feito e bem, falou da forma como a vereadora tinha feito a explicação e como tinha dado o seu ponto de vista sobre o que se estava a passar na área da saúde em Mira e muito bem. Disse que, já o Sr. presidente da câmara ter dito o que disse

relativamente à intervenção do PS, não podia ser, pois o PS tinha direito a exercer as suas funções de forma livre, espontânea e elevada como tinha sido o caso do deputado Mauro Seíça, mais disse que voltava a referir o mesmo, que era o facto da câmara municipal, mais concretamente o executivo liderado pelo Sr. Artur Fresco, que deveriam tomar medidas concretas para que os médicos se pudessem fixar no concelho de Mira, mesmo sabendo das dificuldades que o país atravessava nessa área, referiu que o executivo não podia ficar sem fazer nada em relação a esse assunto. Falou de um comunicado que o município tinha feito há pouco tempo, onde se mostravam preocupados com a saúde no concelho de Mira e que nessa mesma data, decorria um concurso publico para quatro médicos no concelho de Mira, onde referiu que ninguém se tinha manifestado acerca desse concurso nem passaram qualquer tipo de informação para a população, onde questionou se não seria benéfico para a população a partilha dessa informação, acerca desse concurso. Voltou a referir o exemplo dos outros municípios, disse que no orçamento apresentado pelo executivo do município, não constava nenhuma parcela que beneficiasse a fixação de médicos no concelho. Falou em questões partidárias relativas ao SNS, mas que não seria naquele local, pois cada partido tinha a sua maneira de agir e de pensar, tinham sim de pensar no melhor para o município de Mira e de momento o que interessava, era a fixação de médicos na localidade de Mira. Disse que em relação ao que a vereadora Madalena tinha dito, só queria fazer um apontamento, sabia que havia sacrifícios diários para se conseguir contornar as dificuldades diárias na área da saúde, mas tinha que se começar a antecipar esses imprevistos o quanto antes e se a USF ia ser criada, tinham de se antecipar e ter outro tipo de medidas, a começar pelo executivo municipal. Em relação ao fecho das extensões de saúde de Mira disse que, obviamente, também não era de acordo que estas encerrassem, assim como não tinha sido de acordo com fecho da extensão de saúde da Barra de Mira do qual não tinha tido conhecimento na altura, do encerramento da mesma. -----

---- Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA), disse que obviamente não era contra o SNS, o que o partido do CHEGA defendia, era sim uma complementaridade entre o sistema privado e o SNS. -----

---- Interveio a Sra. **Lurdes Mesquita** (PSD), questionou se a falta de médicos era só do município de Mira por ser liderado pelo partido do PSD, ou se essa falha também atingia outros lugares ou municípios liderados por outros partidos. Falou da intervenção do deputado Francisco Reigota, em relação à área da saúde e referindo-se ao seu discurso perante a explicação dada pela vereadora Madalena Santos, disse que na sua opinião, o deputado Francisco Reigota tinha estado mal, mas no fim da sua intervenção em resposta à vereadora Madalena, acabou por estar bem. Referiu que perante o que tinha escutado, parecia que queriam que o município também tivesse competências na área de recrutamento dos médicos, onde ironiza o facto de falarem, como se fosse um dever municipal, passar a fazer-se a divulgação de determinados conteúdos, através das redes sociais. Disse que o assunto em discussão não tinha qualquer fundamento, pois qualquer pessoa sabia o quanto era importante terem profissionais de saúde a servir a população, mas, contudo, o que se estava a passar na área da saúde no município de Mira, assim como no resto do país, era um facto a falta de profissionais de saúde e quando se achava que o município tinha a resolução para todos os problemas, era uma forma errada de tentar arranjar quem ficasse com as culpas. -----

---- Colocado à votação o Ponto 4 foi aprovado com a abstenção do PS -----

----- PONTO CINCO: Autorização para retificação das minutas do acordo de transferência de competências de gestão de património imobiliário público e do protocolo de cedência mútua de instalações entre a Câmara Municipal de Mira e a Junta de Freguesia de Mira, nos termos do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua atual redação. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, em leitura disse, que a câmara municipal tinha deliberado em 9 de fevereiro de 2021, aprovar a minuta acordo

de transferência de competências da gestão do património imobiliário público e que tinha sido transferida para o município de Mira, as competências da gestão sobre o prédio integrado no domínio privado do Estado, com a denominação comum, antiga repartição de Finanças de Mira, que se encontrava localizada na Av. 25 de abril. Referiu que o prédio se encontrava inscrito na matriz predial com o número 3401C e descrito na Conservatória com o número 64. Disse que a Câmara deliberou a 23 de fevereiro, aprovar por unanimidade também, a minuta do protocolo de cedência mútua das instalações que estava a utilizar, a junta de freguesia de Mira, com esse imóvel cedido pela administração Central à Câmara Municipal. Voltou a referir o número da matriz predial, 3401C, e passou a explicar que tinha havido um lapso de inscrição, aquando foi para se fazer o registo da junta de freguesia de Mira, tinham dado conta do erro e a identificação desse artigo estava como, 3410C. Disse que pelos documentos que se puderam verificar, tinha sido um lapso, entre 3401C e 3410C, sendo essa correção que vinha à assembleia para aprovação. -----

---- Colocado à votação o Ponto 5 foi aprovado com a abstenção do PS -----

---- Declaração de voto do PS, interveio a deputada **Maria José**, que se referiu ao erro no registo na Conservatória, como mais uma imprecisão que fazia sentir a bancada do PS muito insegura quando dessas votações. -----

---- **PONTO SEIS: Aprovação da proposta de constituição do júri do procedimento para preenchimento do cargo de direção intermédia de 4º grau para a Unidade Orgânica de Armazenamento, Parque de Máquinas, Viaturas e Oficinas, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na atual redação.** -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, disse que a câmara municipal tinha deliberado a abertura do procedimento concursal para o preenchimento do cargo de direção intermédia de quarto grau, para a unidade orgânica de armazenamento, parque de máquinas, viaturas e oficinas, previsto no regulamento da organização dos serviços municipais, onde se sugeria que essa

fosse submetida à aprovação da Assembleia, a proposta da Constituição do respetivo júri para esse concurso com os nomes que estavam elencados. -----

---- Interveio a **Sra. Carolina Neves** (PS), que cumprimentou todos e falou que se estava a ter um acréscimo de número de funcionários, relativamente à média de municípios vizinhos. Disse que não eram contra à criação de lugares de trabalho, mas sim, contra à falta de planeamento e rigor na gestão do mapa de pessoal, mais disse que a gestão de recursos humanos implicava uma ligação íntima que eram as necessidades da câmara, onde nem sempre a justificação dada com o argumento de transferência de competências. Disse que não se podia gerir competentemente os recursos humanos não valorizando o maior ativo que tinham, os funcionários. Questionou, se não estariam a usar a câmara municipal para a colocação de pessoas com fins eleitorais, se existisse outra interpretação sobre os factos, pediu que esclarecessem. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, passou a explicar à deputada Carolina Neves, que não se tratava da abertura de um concurso para integrar alguém novo, mas sim, da abertura de um procedimento concursal interno para mobilidade de uma pessoa que já existia no quadro da câmara municipal para a ocupar essa função. -----

---- Colocado à votação o Ponto 6 foi aprovado com a abstenção do PS -----

---- Declaração de voto do PSD, interveio a deputada **Clara Clemente**, disse que a bancada do PSD apoiava a deliberação do executivo, quando uma vez necessário assegurarem a coordenação da unidade orgânica de armazenamento de parque de máquinas, através da criação de um lugar de coordenação. -----

---- **PONTO SETE: Designação do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mira - modalidade alargada.** -----

---- Falou o Sr. Presidente da Assembleia Sr. Nelson Maltez, onde disse que esse pedido vinha da renúncia do deputado Municipal Francisco Reigota, que

estava indicado pelo partido socialista e onde tinha ficado acordado que seria um elemento do PS, que indicou então na renúncia de um dos seus elementos, o deputado Mauro Seiça. -----

---- Colocado à votação o Ponto 7 foi aprovado com unanimidade -----

---- PONTO OITO: Aprovação, nos termos do disposto na alínea h) do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da proposta de alteração da “Estratégia Local de Habitação - (ELHM)”. -----

---- O **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra do ponto oito ao Sr. Vereador **Bruno Alcaide**, que cumprimentou todos e começou por falar que a estratégia local de habitação tinha sido aprovada em dez de dezembro de dois mil e vinte, no programa de primeiro direito, onde este contemplava a reabilitação de casa própria de vários agregados familiares identificados, a partir dos registos dos serviços da ação social e as demais entidades que compunham o CLAS (Conselho Local de Ação Social). Disse que devido a alterações e à concessão inicial do normativo que dava base à estratégia local da habitação, tinha havido a necessidade de se ter procedido à sua alteração, trazendo assim esse ponto à assembleia, após ter passado na Câmara Municipal e onde tinha sido aprovado por unanimidade. Mais disse que gostava de realçar duas novidades importantes, uma delas era que o normativo tinha permitido introduzir à estratégia local de habitação, onde referiu a possibilidade do município se substituir aos beneficiários diretos, onde este facilitava o acesso aos fundos para a reabilitação da sua habitação e onde disse, que a questão inicial não era de todo amigável devido à sua fragilidade financeira dos agregados assinalados, mais ainda referiu, a outra possibilidade, que era o município recorrer à construção e requalificação de imóveis da sua própria propriedade. -----

---- Interveio o **Sr. Augusto Miranda** que passou a dizer o seguinte, *“Neste ponto queríamos destacar que somos favoráveis a este tipo de propostas e iniciativas. O acesso a uma habitação digna é um Direito Humano. No relatório destacamos a tabela 7 na página 15, o saldo natural populacional que é claramente negativo.*

Na figura 4 na página 21 pensamos que existe um erro e provavelmente trocaram os valores do Seixo com a Praia de Mira. Relativamente às medidas e ações, no final do relatório, somos favoráveis, no entanto entendemos que todas as bancadas municipais devem ser envolvidas”. -----

---- Interveio o **Sr. Mauro Seíça**, falou que sobre a estratégia local da habitação municipal de Mira, a bancada do PS estava preocupada com algumas questões, solicitando assim alguns esclarecimentos, tendo em conta que o assunto em causa estava intimamente relacionado com pessoas mais vulneráveis, com mais dificuldades e por vezes sem acesso à informação. Colocou várias questões sendo elas as seguintes, quem tinha elaborado esse documento, qual tinha sido o seu custo e se o tema em causa tinha sido comunicado à população, quais tinham sido os critérios utilizados para distinguir e atribuir a situação dos agregados familiares a residir em condições indignas e quais tinham sido as características que tinham utilizado para uma habitação indigna, quem é que tinha definido essas situações de carência e se eram as únicas que existiam no concelho, que candidaturas ao programa primeiro direito estavam submetidas e por último, de que forma iam distribuir as habitações, se era por freguesia, por nível de carência, se existia outra forma, ou se iam constituir algum júri e alguma comissão de acompanhamento. -----

---- Interveio em resposta, o **Vereador Bruno Alcaide**, que disse ao deputado Augusto Miranda (CHEGA) que iriam verificar as chamadas de atenção. -----

---- Em resposta às questões colocadas pelo deputado Mauro Seíça (PS) disse que quem tinha elaborado o documento, tinha sido a câmara municipal, juntamente com a equipa de trabalho da ação social e que a comunicação já tinha sido feita em assembleia, uma vez que a estratégia local da habitação tinha vindo aprovada a primeira vez em 2020. Falou que essas questões, eram também elencadas em sede de CLAS, sendo esse um grupo de trabalho para essas temáticas e que também trabalhava em parceria com os serviços da ação social do município. -----

---- Falou que os critérios, pertenciam e eram unidos por lei, onde existia um normativo legal, tendo assim de se cumprir normas e leis, onde essa última regia os trabalhos dos técnicos. -----

---- Em relação às situações de carência, disse que estava em resposta nas anteriores questões. -----

---- Quanto às candidaturas, disse que estavam feitas para o primeiro direito, sendo a estratégia uma candidatura feita em sede do primeiro direito, prevendo assim uma área de atuação, fosse na questão dos beneficiários diretos, fosse na atuação do próprio município. -----

---- Quanto ao júri, referiu que existia um grupo de trabalho que estava regulamentado e tinha de obedecer ao normativo para responder às questões desses agregados. -----

---- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS), que disse não ter ficado totalmente esclarecido com as explicações ali apresentadas. Começou por falar da última explicação dada, em relação à estratégia local da habitação municipal. Onde disse que era um documento que tinha de ser elaborado e aprovado pelos municípios, onde disse que em Mira tinha sido aprovado no dia 10 de dezembro de 2020 em Assembleia Municipal, mas antes tinha ido a reunião de câmara, onde nessa reunião tinha sido aprovado por maioria com abstenção do PS. Falou que a única intervenção que tinha havido e que estava em ata, era a do Presidente da Câmara, Dr. Raul Almeida, onde disse que depois de ter lido e depois de se assistir e ouvir o vídeo, percebia-se algumas incongruências do que se encontrava escrito, onde leu a intervenção do anterior Presidente da Câmara. Após a leitura disse que o Sr. Bruno Alcaide não tinha sido coerente na resposta à mesma questão. Falou que iria esclarecer o seguinte, disse que o programa primeiro direito, era um programa basilar nas políticas habitação atualmente implementadas em Portugal, onde referiu que já tinha sido dito várias vezes e por diferentes pessoas, que a habitação era um dos pilares de momento na governação de Mira, mais disse que parecia leviana a forma como se estava

a encarar este tipo de documentos, frisou que esse documento era estrutural e devia ter sido aproveitado nestes três anos, querendo com isto dizer, que as candidaturas ao primeiro direito, já haviam ter sido submetidas, mais disse que atualmente a nível nacional, existiam 272 contratos celebrados no âmbito do programa primeiro direito, onde Mira não constava e mais referiu, que existia até à atual data, um investimento aprovado de 116 milhões de euros, onde estavam concluídas e entregues, 2100 habitações, onde disse que 89% dos municípios tinham a sua estratégia local de habitação definida. Referiu que a reformulação era um aspeto positivo, a forma de como se estava a agir não, salientando que não envolveram os pares e nem a envolvência de forma estrutural a quem podia ter dado um contributo a esse mesmo documento, mais disse que não via onde é que existia de momento, a sustentabilidade para se identificar os agregados como famílias, ou habitações carenciadas que nesse caso, iriam fazer parte desse documento, onde questionou, se tinham a certeza de que o que estava no documento, correspondia à realidade atual do concelho de Mira. Falou que a alteração estava a ser feita porque, no final de junho de 2023, tinha sido anunciado que, até 31 de março de 2024, os municípios iriam ter de apresentar candidaturas ao primeiro direito, onde referiu que o município tinha perdido três anos de políticas que davam milhões de euros em investimento. Referiu que o município de Mira, em dezembro de 2020, disse que Mira com a aprovação da estratégia local de habitação, poderia concorrer ao primeiro direito e poderia passar a beneficiar num investimento já elegível de 3.2 milhões de euros, isso anunciado no boletim municipal e pelas palavras do anterior executivo. Salientou, que parte da estratégia local da habitação, não ajudava e não sustentava só o programa do primeiro direito, mais disse que sustentava muito mais do que isso e havia claramente políticas de habitação que ainda podiam ser aproveitadas. Falou e leu uma parte da entrevista dada ao Diário de Coimbra, pelo o presidente da Câmara, Artur Fresco, onde este dizia que, “... *dada a instabilidade política que temos a nível Nacional, ainda bem que se aprovou o*

orçamento para 2024, se isto não tivesse acontecido, caía por terra, nomeadamente, estes projetos europeus e os Fundos Comunitários...”, onde disse que o Presidente da Câmara, nesse caso, era a favor da aprovação do orçamento e desse tipo de políticas da habitação, mas que o seu partido político não o era. Relembrou declarações recentes do líder do PSD, Luis Montenegro, onde criticava Pedro Nuno Santos do PS, onde citou as palavras proferidas por ele, “... quem é que tutelou nos últimos anos a habitação pedindo a comparação entre aquilo que foram as sessões de apresentação dos grandes projetos e o resultado...” onde referiu que os resultados em Mira estavam à vista, como eram os 10.7 milhões dos aproveitamentos dos Fundos do PRR, sendo esse para a habitação que ia surgir, mas que também estava bem à vista que as execuções desses programas, não estavam tão bem a nível Nacional porque havia municípios como o de Mira, que não aproveitavam as oportunidades a tempo e horas. Salientou, que fazendo uma breve análise, o governo do PS criava políticas para Portugal inteiro investir na habitação, onde o PSD de Mira desperdiçou essas oportunidades, onde o mesmo PSD de Mira disse que as políticas para a habitação do governo do PS eram boas, já o líder do PSD disse que essas políticas eram a prova do falhanço da governação do PS, mas já o Presidente da Câmara de Mira disse, que essas medidas da Habitação, eram prioridade do seu executivo e nunca Mira tinha tido investimentos dessa dimensão. Disse que visto as coisas dessa maneira, tirava a conclusão que o Presidente da Câmara de Mira, Artur Fresco, concordava com as políticas da Habitação do PS e de Pedro Nuno Santos. -----

---- Interveio o **Presidente da Câmara**, falou que tinha havido reuniões com a rede social de Mira e também tinham solicitado às juntas de freguesia um mapeamento de situações. Referiu também, que se tinha feito um CLAS com a Multi Aveiro, onde esta tinha apresentado uma metodologia de elaboração da estratégia local e onde tinha pedido a colaboração na identificação das más situações de habitação. -----

---- Tomou a palavra o vereador **Bruno Alcaide**, disse que havia um erro por ele proferido, quando se referiu às candidaturas, que quando o que queria dizer, era que tinham procedido à estratégia local, onde pede desculpa pelo lapso. Disse então, que a estratégia inicial com os 39 agregados familiares que estavam identificados, não tinha sido possível avançar com qualquer candidatura, porque este processo exigia um dispêndio financeiro por parte dos agregados familiares, ou seja, as pessoas tinham de contratar diretamente com os construtores as requalificações das suas habitações e avançarem no imediato com o respetivo pagamento e só depois, é que o primeiro direito, após submeterem a candidatura, é que iria ressarcir as pessoas das suas despesas, sendo estas financiadas a 100 por cento, mas onde referiu, que estes agregados iriam ficar submetidos a um período de dificuldade financeira. Explicou então, que o novo normativo tinha vindo dar a possibilidade aos municípios, para que estes pudessem colmatar essa falha, tornando assim o processo mais fácil na questão financeira para os agregados familiares, pois iria permitir que fosse o município a tratar da contratação e requalificação, avançando este, com os encargos dos pagamentos e quando as verbas fossem disponibilizadas, iriam essas obviamente, para o município. Disse que o município viu que procedendo à alteração da estratégia local de habitação, era obviamente uma mais valia para essas famílias, onde mais disse que esperava a aprovação do ponto em questão em sede de assembleia, para que se pudesse avançar com as respetivas candidaturas. -----

---- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS), falou que se o PS não tivesse feito um estudo sobre a matéria e o assunto em questão, esse passaria na assembleia de forma superficial e não estaria a ser debatido como assim o estava a ser, pois era um assunto muito importante para o concelho. Saúda o vereador Bruno Alcaide, pelo facto de ter reconhecido e assumido a sua falha, disse que existia falhas consideráveis pelo facto de em 2020, terem anunciado que vinham 3,2 milhões de investimento para o município de Mira, onde referiu que as tais falhas

no normativo e na estratégia local da Habitação, quando era aprovada, não era só com os objetivos de tudo o que estava previsto no primeiro direito, disse que havia outros programas, onde lembrou a primeira apresentação feita pela câmara municipal, que tinha como primeiro objetivo dar resposta às famílias que viviam em situações de grave carência habitacional, onde se definia duas formas, uma delas através do Programa ao Acesso à Habitação, Primeiro Direito, como segundo objetivo era através do programa de Apoio ao Alojamento Urgente Porta de Entrada, dizendo que também este tinha sido desperdiçado. Disse que nessa estratégia que tinha sido apresentada, aparecia um mapa cronológico, que apresentava que iria ser feito um Fórum de apresentação da Estratégia Local de Habitação em setembro de 2020, onde disse que considerando esse assunto demasiadamente importante, sugeria que essa alteração fosse retirada de votação e a colocassem a tempo, para fazerem uma alteração a esse documento, servindo o mesmo de base para as candidaturas que tinham de ser submetidas até março, onde referiu que o mesmo documento não estava atualizado de forma correta. Falou na questão das juntas de freguesia terem sido consultadas na forma de fazerem um mapeamento das necessidades locais, passou a dizer que no caso da junta de freguesia da Praia de Mira, tinha sido esta contactada através de e-mail, no dia 31 de julho (sexta feira) de 2020 às 16 horas e 31 minutos, onde informavam que tinham até dia 3 de agosto (segunda feira), para identificar as situações de carência para incluir nesse documento, salientou que achava a forma leviana da maneira que estavam a encarar essa situação e a participação das entidades numa situação importante como essa, onde disse que quando se falava que a habitação ía trazer 10,7 milhões para Mira, podiam trazer mais dependendo do que realmente se identificasse e do que tivesse sido estruturado, estando assim a desperdiçar por má gestão. -----

---- Colocado à votação o Ponto 8 aprovado com abstenção do PS. -----

---- Declaração de voto do CHEGA, interveio o deputado Augusto Miranda disse que, *“o Partido CHEGA vota a favor, mas fica a aguardar por mais informação, e mais transparente, relativamente à “Estratégia Local de Habitação”.* -----

---- Declaração de voto do PSD, interveio a deputada Lurdes Mesquita, felicitando o executivo municipal, por não dado o trabalho por terminado com a Estratégia Local de Habitação de Mira, anteriormente elaborada e devidamente aprovada e por saberem aproveitar as oportunidades que os normativos legais proporcionam, tornando possível ao município de Mira promover diretamente ações de aquisição e construção de habitações. Ressalvou o facto da possibilidade de poderem substituir aos beneficiários diretos, a realização das requalificações das suas habitações. -----

---- Declaração de voto do PS, interveio o deputado Francisco Reigota tecendo duas declarações, dizendo que o PS apoiava tudo o que eram políticas fundamentais no que dizia respeito para a Estratégia Nacional pelos valores e pela a área que se encontravam em causa. Em relação ao município ter uma estratégia atualizada para a elaboração desse documento, Estratégia Local de Habitação de Mira, disse que o PS estava sempre a favor de ter esse documento a tempo e horas, mas onde voltava a reiterar que, o documento estava incompleto e ainda havia tempo útil para o melhorar uma vez que o mesmo documento não ía de encontro a todas as carências e que voltassem a colocar em discussão e fizessem alterações ao mesmo, porque estavam a desperdiçar oportunidades. Referiu que não era em declaração de voto, mas sim porque se tinha esquecido de acrescentar uma nota, falou que achou estranho quando disseram, que tinha sido a câmara municipal que tinha elaborado o documento, quando o que estava no documento que lhe tinha sido apresentado, dizia que *“Promotor Município de Mira, elaborado por Multi Aveiro”*, onde ressalvou dizendo, que não lhe parecia que tivesse sido o município de Mira a fazer a elaboração o mesmo. -----

----- PONTO NOVE: Aprovação, nos termos da alínea j), em articulação com a alínea k) do nº. 1 do artº. 25º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, da minuta de contrato interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia de Mira para limpeza da zona Industrial do Montalvo – ano 2024-----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, disse que esse contrato já tinha existido anteriormente, iria haver um prolongamento do mesmo e uma atualização dos valores para o ano seguinte. O sr. Presidente da Câmara pediu permissão para juntar o ponto dez ao ponto nove que estava a decorrer, pelo facto desses dois pontos, estarem de certa forma, interligados. Foi dada permissão por todos que se encontravam na Assembleia, para prosseguir dessa forma. Referiu que era sobre município de Mira e a junta de freguesia do Seixo e que tinha a ver com a limpeza da zona industrial de Mira e do polo II da zona industrial. -----

---- Interveio o **Sr. Eurico Martins (PS)**, que falou acerca dos protocolos do ponto nove e do ponto dez, onde disse que a bancada do PS, eram a favor desses protocolos e de todo o apoio que era dado às juntas de freguesia, mas que gostavam que fossem todas tratadas por igual, onde se referiu nomeadamente à junta de freguesia da Praia de Mira, isso porque havia uma dívida de nove mil euros, relativamente a limpezas de casas de banho etc., ressaltando que nem sequer tinha sido protocolado e o que a bancada do PS pretendia, era que fossem feitos esses tipos de protocolos, mas com mais do que uma junta de freguesia. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, falou que no ponto onze se iria discutir a transferência de competências para a junta de freguesia da Praia de Mira. Referiu que no passado já tinha existido protocolos de colaboração entre o município e a junta de freguesia da Praia de Mira, que de momento existia esse protocolo com a junta de freguesia de Mira e do Seixo, porque tinham zonas industriais, não sendo o caso da junta de freguesia da Praia de Mira. Saliendo

que no futuro poderia ser de forma diferente onde a porta se encontraria aberta para esse tipo de negociações. -----

---- Colocado à votação o Ponto 9 aprovado com abstenção do CHEGA e do PS.

----- **PONTO DEZ: Aprovação, nos termos da alínea j), em articulação com a alínea k) do n.º. 1 do art.º. 25.º., do Anexo I, da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, da minuta de contrato interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia do Seixo para limpeza da Zona Industrial de Mira e Zona Industrial de Mira – Polo II – Ano de 2024** -----

---- Colocado à votação o Ponto 10 aprovado com abstenção do CHEGA e do PS. -----

----- **PONTO ONZE: Aprovação, nos termos do previsto no n.º. 4, do art.º. 5.º., do D. L. n.º. 57/2'19, de 30 de abril, da transferência de competências do Município de Mira para a Junta de Freguesia da Praia de Mira – ano 2024---**

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, disse que por fim tinham terminado um longo período de negociações e conversações, onde tinham encontrado um ponto de consenso entre o município de Mira e a junta de freguesia da Praia de Mira para a transferência de competências, referindo que essas reuniões, tinham trazido uma convergência, onde tinha proporcionado a discussão do ponto na assembleia municipal e que todos tinham a ganhar com essas transferências de competência, onde o objetivo sempre foi servir bem as populações. Disse que, uma vez que só faltava mesmo a junta de freguesia da Praia aceitar as transferências de competências, só tinha a saudar por finalmente terem chegado a um consenso e a freguesia da Praia de Mira poder vir a ficar bem servida também. -----

---- Interveio a **Sra. Lurdes Mesquita** (PSD), veio saudar o município de Mira e a junta de freguesia da Praia de Mira, por terem encontrado pontos de convergência em prol da população da freguesia da Praia de Mira. -----

---- Colocado à votação o Ponto 11 aprovado com maioria com os votos do PSD e do PS e com abstenção do CHEGA. -----

---- Declaração de voto do PSD, interveio a deputada Clara Clemente, que congratulou a transferência de competências por parte da junta de freguesia da Praia de Mira e congratulou também o executivo municipal por abdicar desse valor, onde disse ser o mais alto valor alguma vez decidido em sede de transferências de competências, referindo que o mesmo, viria a ser usado diretamente nas necessidades da população dessa mesma freguesia. -----

---- Declaração de voto do PS, interveio o deputado Francisco Reigota, onde disse que ainda bem que tinham chegado a um consenso e que o melhor era um acordo, mesmo esse não sendo o melhor de todos, mas antes esse acordo do que um não acordo. Referiu que os últimos dois anos não tinham corrido bem e como assim não o tinha sido, disse que no final das conversações, que tinha tido com o executivo, a junta de freguesia da Praia de Mira não estava muito de acordo da maneira como esse tinha ficado, porque achava difícil executá-lo da forma que estava, mas desde que melhorasse e beneficiasse em alguma coisa as populações da freguesia da Praia de Mira, e que certamente iria melhorar, essa era a melhor coisa a fazer. -----

----- PONTO DOZE: Aprovação, nos termos do previsto no nº. 4, do artº. 5º., do D. L. nº. 57/2019, de 30 de abril, da proposta de atualização da atual transferência de competências do Município de Mira para a Freguesia do Seixo - ano 2024 -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, que perguntou se podia juntar os pontos doze e treze, pois estes eram semelhantes e o assunto abrangia ambos. Foi permitido por todos apresentar conjuntamente os dois pontos, onde passou a dizer que se tratava da atualização da proposta da transferência de competências de Mira, para a junta de freguesia do Seixo para o ano de 2024, onde disse que devido aos 5,4% de inflação, tinham sido recalculados os valores, onde referiu, que o mesmo se passava para com a junta de freguesia dos Carapelhos, ressaltando o ponto treze com o recálculo baseado nos valores da inflação. -----

---- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS), falou que as atualizações da taxa de inflação nesse tipo de acordos, eram de saudar e que a bancada do partido socialista, associava-se a essa decisão. Disse que ao longo dos últimos anos, os acórdãos que existiam, nunca tinham sido atualizados, mas que deveriam de o ser, e que esperava que fosse um princípio que fosse para continuar ao longo dos próximos anos. Ressalvou que para as outras juntas de freguesia também não andava a correr muito bem, pois não havia intervenção nas terras e obviamente, esse tipo de atualizações acabariam sempre por ser benéficas para as juntas de freguesia. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, ressaltando que no ano anterior, achava que já tinha havido uma atualização nas juntas de freguesia, onde já existia os protocolos assinados. Esclareceu, que não tinha falado na apresentação do ponto, porque estavam plasmadas as três juntas de freguesia, mas que por questão de timings da realização da junta de freguesia de Mira e da assembleia de freguesia de Mira, não tinha sido possível trazer essa atualização relativamente à junta de freguesia de Mira. -----

---- Colocado à votação o Ponto 12 aprovado com os votos do PS e com os votos do PSD, abstenção do CHEGA e não participou na votação o presidente da junta de freguesia do Seixo -----

----- PONTO TREZE: Aprovação, nos termos do previsto no nº. 4, do artº. 5º., do D. L. nº. 57/2019, de 30 de abril, da proposta de atualização da atual transferência de competências do Município de Mira para a freguesia de Carapelhos - ano 2024 -----

---- Colocado à votação o Ponto 13 aprovado com os votos do PS e com os votos do PSD, abstenção do CHEGA e não participou na votação a presidente da junta de freguesia dos Carapelhos -----

----- PONTO CATORZE: Aprovação, nos termos do disposto na alínea j), em articulação com a alínea k), do nº. 1, do artº. 25º. do Anexo I, da Lei nº.

75/2013, se 12 de setembro, na atual redação, da atribuição de apoio extraordinário à Junta de Freguesia da Praia de Mira-----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, falou que se tratava de um acordo estabelecido com a junta de freguesia da Praia de Mira, a limpeza de alguns espaços para o primeiro quadrimestre do ano de 2023 e tinham ficado contemplados os meses de janeiro, fevereiro, março e abril, mas que também tinha prestado esse mesmo serviço durante o mês de maio, onde referiu que faltava fazer a atualização e o pagamento do respetivo serviço do mês de maio no valor de, 1250 euros. -----

---- Interveio o **Sr. Francisco Reigota (PS)**, dizendo que estava correto o que o Sr. Presidente da Câmara tinha dito, mas que iria fazer um pequeno acrescento, que era o facto, que o trabalho já tinha sido executado em maio e esperava que o pagamento fosse mais célere, uma vez que já se encontravam em dezembro. Falou numa reunião que tinham tido com o município acerca das novas tarefas que a junta de freguesia iria iniciar no ano de 2024, pela transferência de competências, onde disse que a própria junta iria ter que investir em alguma maquinaria e veículos, onde referiu que em nada tinha uma coisa a ver com a outra, mas caso o pagamento em falta fosse feito, certamente iria ser usado e de forma urgente, pela falta de liquidez que a junta de freguesia tinha, desse modo pediu que o município fosse célere no pagamento à junta de freguesia da Praia de Mira. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara, onde disse que sim, tinha sido falado o que o Sr. Francisco Reigota tinha acabado de dizer e que na próxima assembleia estaria contemplada a atribuição para a liquidação dessa verba. ---

---- Colocado à votação o Ponto 14 aprovado com abstenção do CHEGA. -----

---- Declaração de voto do CHEGA, interveio o deputado Augusto Miranda disse que, *“À semelhança do ano passado o nosso voto de abstenção, nos pontos nove, dez, onze, doze, treze e catorze, prende-se com a forma como estes protocolos são apresentados e implementados. No nosso entendimento*

deveriam existir apenas quatro protocolos, suficientemente explícitos e negociados com as Assembleias de Freguesia e não com os Executivos de Freguesia". -----

---- PONTO QUINZE: Relatório de Execução do 1.º. Semestre de 2023, da “Águas do Baixo Mondego e Gândaras, EIM, S.A. (ABMG)” – Tomada de conhecimento -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, disse que duas vezes por ano, chegava-lhes o relatório semestral da ABMG, mas como ainda não havia rececionado o documento do relatório relativamente ao segundo semestre, tinha sim o primeiro onde segundo os documentos apresentados, tinham alguma dimensão, disse que não iria fazer nenhuma apresentação exaustiva do relatório, e deixaria à consignação. -----

---- Interveio o **Sr. António Gonçalves (PS)**, falou de como estava escrito na página 22 do relatório da ABMG que falava relativamente à melhoria da qualidade da água em Mira, onde dizia que a empreitada tinha ocorrido no dia 18 de agosto de 2021 e que a conclusão estava prevista para 28 de julho, equivocando-se no ano lá descrito. Disse em relação ao fecho dos sistemas de saneamento do lote 1 das zonas industriais do Seixo e das Cabeças Verdes, já tinha sido dito que a empreitada também já se encontrava concluída, mas que, no entanto, a entrada em funcionamento em alta ainda não se verificava, onde mais disse que já tinha ficado esclarecido que as obras já se tinham iniciado, deixando a pergunta, para quando a conclusão da mesma. Falou do que constava na página 70 do mesmo relatório, onde disse que havia um quadro referente a outros devedores e a credores, onde tinha estado a tentar perceber o que queria dizer e passou a ler o seguinte, “... o município de Mira, a 30/06 de 2023, há uma dívida a pagar 529,359 euros e 67 cêntimos...”, onde pergunta se conseguiam explicar a que se referia esse montante. Leu também, na página número 64 o seguinte, “... a autonomia financeira da ABMG em 30/06 de 2023, situa-se nos 42%, o que significa que o seu ativo foi financiado por capitais

próprios em 42%, recorrendo a capitais alheios em 58%. Além disso a solvabilidade, sendo o rácio que nos indica a capacidade de uma organização cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo, é inferior a um, o que nos diz que a situação financeira da ABMG está a ficar vulnerável...”, onde pedia a opinião do Sr. Presidente relativamente a isso e qual era a razão para que uma empresa como a ABMG, se encontrar dessa forma em termos financeiros. -----

---- Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA) que passou a dizer o seguinte, “*Gostaria de reforçar que entendemos que este relatório deveria ser trimestral e não semestral. Até porque os relatórios fiscais são trimestrais e não semestrais. No primeiro trimestre os gastos operacionais têm um grau de execução de 24% e no segundo trimestre 43%. Os proveitos operacionais um grau de execução de 21% no primeiro e no segundo 45%. No primeiro trimestre a ABMG demorou 113 dias a pagar aos fornecedores e no segundo 107 dias.*” -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, falou que o prazo da obra do Seixo, tinha 360 dias para execução, tendo sido a obra iniciada há mais ou menos um mês e meio atrás e que provavelmente um ano e ficava pronta. Em relação à página 70 que tinham mencionado, corrigiu em relação ao que tinha sido dito, era, “... clientes e outros créditos receberam...”, e não “...credores e outros créditos...”. Da dívida da ABMG à CMM, disse que era da cobrança dos resíduos sólidos urbanos e que a CMM devia ainda 120.000 euros de apoios do tarifário do tempo da Covid e mais 500 e qualquer coisa mil euros, que devia de estar relacionado com a recolha dos resíduos sólidos urbanos. -----

---- Interveio o **Sr. António Gonçalves** (PS), que veio referir o que estava na página 64 do relatório em causa, relativamente à questão da autonomia financeira da ABMG que se situava nos 42%, e mais disse que também na questão da solvabilidade que tinha um rácio inferior a 1, o que significava que a situação financeira da ABMG estava a ficar vulnerável. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, falou que havia uma situação algo debilitada da ABMG e que tinha a ver com o fundo ambiental que normalmente

rondava o meio milhão de euros, sendo esse mesmo montante atribuído anualmente à empresa em questão. Ressalvou que tinham recebido recentemente essa mesma informação, de que esse mesmo valor não iria ser atribuído nesse ano corrente, deixando assim as contas da mesma um pouco vulneráveis, uma vez que estavam a contar com o recebimento desse valor para colmatar algumas despesas que tinham sido necessárias, onde mais disse que essa apresentação das contas tinha também a ver, com essa parte do fundo ambiental. -----

---- **Ponto 15, foi Tomado Conhecimento** -----

---- **PONTO DEZASSEIS: Plano e Orçamento para 2024 da “Águas do Baixo Mondego e Gândaras, EIM, S.A. (ABMG)” – Tomada de conhecimento**-----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, referiu que era a apresentação do plano e do orçamento para 2024 da ABMG e que todos tinham recebido o documento, ficando disponível para qualquer esclarecimento necessário. -----

---- Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA), que passou a dizer o seguinte, *“Neste ponto volto a salientar o pouco investimento que será feito no concelho de Mira, por parte da ABMG, no ano de 2024. Na página 25 tabela 4 podemos verificar que grande parte dos investimentos vão ser em Montemor e Soure. Em Mira os investimentos vão ser realizados na freguesia de Mira, nomeadamente: Mira, Portomar, Valeirinha, Presa e Lagoa. O Partido CHEGA foi sempre contra esta empresa e o tempo, cada vez mais, nos está a dar razão”*. -----

---- Interveio o **Sr. António Gonçalves** (PS), disse que relativamente ao nível do investimento plurianual para o concelho de Mira, tinham a ampliação da rede SAR de saneamento e águas residuais em Mira, Portomar, Valeirinha e Presa, com um investimento de mais ou menos 1 milhão e 200.000 mil euros para 2024, e tinham a ampliação da rede SAR da Lagoa de Mira, com um investimento de mais ou menos, 134.000 mil euros durante o ano de 2024. Falou relativamente a investimentos com fundos próprios, como era a execução de uma nova captação de água na Lagoa de Mira com cerca de 23.000 mil euros, o projeto de

telecontagem e telemetria no Mira Vilas e no Mira Oásis, a rede de saneamento de águas residuais no Beco da Eva em Mira, sendo estes dois últimos com montantes, um de 45.000 mil euros e outro de 55.000 mil euros aproximadamente, falou nas intervenções nas caixas de saneamento da nacional 109 num total de 120.000 mil euros, onde referiu um investimento com capitais próprios que perfaziam um total de 244 mil e 233 euros de 3 milhões e 424 mil e 79 euros, ressaltando que isso fazia um investimento com capitais próprios de cerca de 7,1% no concelho de Mira. Salientou que além disso, o total de investimento no concelho, considerando os outros investimentos que tinha falado anteriormente, faziam um total de 1 milhão e quinhentos e setenta e seis mil e 200 euros, de um total de 7 milhões e 700 mil euros, mais ou menos, correspondente a um total de cerca de 20,4% do total, onde mais acrescentou que estava prevista uma atualização de 7,98% nos tarifários da água, referindo que quando a previsão da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) da taxa de inflação em Portugal para o ano de 2024, era de 3,3%. Questionando como é que isso se justificava o aumento excessivo que os mirenses tinham sofrido na conta da água e referindo se tal aumento iria trazer efetivamente uma melhoria da qualidade da mesma e dos seus serviços prestados, mais questionou, dizendo qual seria o montante que a CMM, deveria desembolsar no final do ano, para que a ABMG pudesse passar de prejuízos, para uma situação confortável e estável. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, disse que tiveram várias pessoas contra a vinda da empresa da ABMG para o município de Mira, mas que o município estava convicto de que esse era o caminho a seguir, obviamente, a opinião nesse sentido não era partilhada por todos, mas que era a maneira que se tinha para aceder a fundos e conseguir montantes para obras que de outra forma não seria possível de se concretizar, onde vincou, que esse era o melhor caminho para obter uma maior abrangência em determinadas obras necessárias para o município, mais disse que se a ABMG tivesse seis municípios em vez de

três, talvez a realidade fosse outra e que uma agregação maior fosse ainda melhor, disse que talvez tivessem de rever o caminho mas, sem desistir do que que tinham planeado, afirmando que o melhor caminho seria sempre uma agregação maior. -----

---- Falou que o plano de investimentos da ABMG para 2024, era coerente com a estratégia que estava delineada, onde referiu que estava tudo explicito no documento, na página 24. Referiu que tinham de ser obras financiadas, porque por si só, a ABMG não tinha capacidade de suporte para o fazer com meios próprios. -----

---- Falou no conjunto de operações cofinanciadas, onde se previa um investimento de cerca de 4,6 milhões de euros, onde referiu a ampliação da rede SAR em Mira, Portomar, Valeirinha e Prêsa, onde se estimava o custo total dessa obra no valor de 2 milhões e 396 mil euros, sendo esse o investimento a fazer no concelho de Mira. -----

---- Falou na obra da rede SAR na Lagoa de Mira, que tinha um valor de 1 milhão e 339 mil, sendo que 133 mil euros seriam realizados em 2024, ano em que as obras se iriam iniciar. -----

---- Falou no plano de atividades como era o caso da execução da nova captação de água na Lagoa, o projeto de telecontagem e telemetria residencial no Mira Vilas e no Mira Oásis, a rede de saneamento de águas residuais no beco da Eva em Mira, a intervenção em caixas de saneamento na estrada nacional 109 como já tinha sido dito. -----

---- Disse que em 2023, não estava previsto prejuízo na ABMG e que o custo das obras era o que tinha sido dito e era o que estava estimado com o início de algumas dessas obras em 2024. Referiu que se dissessem que o panorama para o concelho de Mira poderia ser melhor, disse que podia ser melhor, e obviamente, pretendiam que houvesse um grande investimento em todas as povoações para finais de rede onde existia e não se encontrava completo, mais disse que estavam a pagar a fatura que tinha sido inicialmente efetuada pela

ABMG, porque quando a ABMG tinha sido criada, a própria empresa, tinha tido o maior investimento de todos e que esse tinha sido feito no concelho de Mira, onde de momento os outros dois concelhos, foram beneficiados, em parte, em detrimento do concelho de Mira, mas que esse era o plano que estava em EVEF para o 2024. -----

---- Interveio o **Sr. António Gonçalves** (PS), onde disse que queria relembrar um número que parecia não interessar a ninguém, que era os 7,8% no aumento dos tarifários. -----

---- Interveio o **Sr. Augusto Miranda** (CHEGA), que questionou o Sr. Presidente, quando falou numa agregação, se queria com isso dizer, se futuramente havia a possibilidade de entrar mais municípios e quais municípios estavam disponíveis para entrar na ABMG, sendo uma empresa que caminhava para o deficitário. --

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, falou que o aumento de 7,8%, onde corrigiu para 7,98%, englobava a inflação que já estava prevista e o resto seria assumido como custo adicional à fatura. Acrescentou que antes de se ter a ABMG, as faturas da água e do saneamento no município, eram de valores muito reduzidos, onde referiu que o município tinha prejuízo com essas mesmas faturas e que atualmente é que se constava a realidade do custo da mesma quando se verificava as faturas, mais disse, que obviamente ninguém gostava de pagar muito mais por isso, mas era uma realidade que não se via, daí o acréscimo de despesas, de todo o trabalho e logística que se tinha de acarretar com a água e o saneamento e que em nada tinha a ver com a empresa da ABMG, se fosse outra empresa, teria de se pagar justamente por todo o trabalho e despesas que essa dinâmica despendia. -----

---- Disse que quando falou de uma maior agregação por parte da ABMG, não tinha sido por saber se a mesma empresa tinha mais alguns municípios a englobar, falou sim pela lógica e pelo entender de que, quanto maior fosse a expansão por parte da empresa da ABMG, melhor seria para a mesma e para

os municípios agregados, ressalvando que era o que pensava acerca do assunto, mas obviamente não podia falar pela mesma. -----

---- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS), falou de um acrescento e de uma dúvida em relação à ABMG, sendo essa dúvida quando se dizia que era melhor estar do que não estar, e que logo por aí levava a crer que realmente as coisas não estavam a correr bem. Falou na questão colocada por parte do deputado do CHEGA, quando se abriu o precedente da agregação de mais municípios à ABMG, deixando algumas dúvidas. Falou relativamente ao orçamento de 2022 e dos relatórios que lhes eram ali apresentados da execução. Disse que na altura, lhes tinha sido apresentado pelo executivo da CMM e que havia um superávit que se tinha refletido em défice. Referiu que tinham ficado incomodados com algumas afirmações que tinham sido ditas, porque após isso, tinham lido e consultado o que estava escrito nos documentos e tinham percebido que tinham sido enganados, mais disse que nesse mesmo ano, a CMM tinha pago à ABMG, 106 mil euros de défice à mesma empresa. Pediu rigor ao apresentar os documentos, pois ainda estavam só a meio do ano e já diziam que as contas eram positivas, quando ainda estavam em falta seis meses de relatórios. Disse que durante a sessão da assembleia em curso, tinha questionado acerca do saneamento da Videira e da Barra de Mira, quando parecia nem saberem o que responder a essas mesmas questões, mas que depois disso, conseguiram apresentar obras e os valores das despesas das mesmas, onde ressaltou que o Sr. Presidente da CMM, tinha dito sem ter dito, que o investimento na Barra e Videira não estava previsto. Falou dos custos fixos que o Sr. Presidente tinha elencado, onde salientou que havia esses aumentos desses pagamentos por causa desses investimentos. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, dizendo que mantinham a sua convicção, ele e o executivo, que era ganhar escala com agregações e que continuava a achar que quanto maior fossem e mais força tivessem, mais hipóteses teriam de conseguir os fundos necessários, referindo que o município

tinha sim, muito prejuízo quando era isolado, daí todos os municípios estarem a caminhar nesse sentido. Quanto aos montantes referidos nas faturas, tinha a ver com o facto de em Mira a água ser muito barata e que não se pagava o que era devido por ela, daí a admiração quando se via atualmente a fatura da água, mas que era inevitável e incomportável, deixar estar como estava o preço da água.

---- **Ponto 16, foi Tomado Conhecimento** -----

---- **PONTO DEZASSETE: Eurovelo 1 – Rota da Costa Atlântica – autorização para aprovação de trabalhos complementares e trabalhos suprimidos – Tomada de conhecimento**-----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, disse que eram trabalhos complementares na empreitada que tinha sido mencionada, no montante de 35 mil 199,33 euros e trabalhos suprimidos no valor de 38 mil 191,32 euros. Falou que por vezes nas empreitadas o que acontecia era que podiam existir trabalhos complementares ou suplementares e também existiam trabalhos, que por vezes quando verificados no terreno, não tinham a necessidade de serem executados, e quando assim o era, ía-se ao encontro de contas, que era o caso dessa situação. Referiu que após os valores apurados, o valor dos trabalhos complementares para Mira, cifrar-se-ia em 35 mil e 199,33 euros e os trabalhos suprimidos em 38 mil 191,32 euros, e que no resultado dessas alterações, qualquer aumento do compromisso financeiro por parte do município de Mira, propunha que fossem autorizadas as referidas alterações, mais disse que, não resultando essas alterações, qualquer compromisso financeiro por parte do município de Mira. -----

---- Interveio a **Sra. Andreia Petornilho (PS)**, falou que mesmo feita essa alteração no projeto, que o município não ia ter mais encargos financeiros, queria referir que, qualquer projeto, não sendo a Eurovelo uma exceção, era necessário um levantamento exaustivo para que nada falhasse, quer a nível contratual, quer a nível de execução de obra, onde mais uma vez se encontrava necessidades de ajustes, onde referiu a aquisição de 1439 de madeira que tinha tido um custo

de 11 mil 713 euros, que não estava previsto e também onde referiu a situação da calçada da Avenida da Cidade de Coimbra que também não tinha sido acautelada, onde entre outras intervenções, ía ser necessário a substituição de um boa parte e que tinha um valor de 21 mil 493 euros. -----

---- Falou o **Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Nelson Maltez**, que quis fazer um esclarecimento em relação à Eurovelo, dizendo que a Eurovelo era um consórcio de três municípios, Mira, Cantanhede e Figueira da Foz e que a mesma tinha órgãos próprios e que não tinha nada diretamente a ver com o município, tinha sim indiretamente, uma vez que foi parte do consórcio e que não tinha sido aprovado no município, mas sim tinha sido aprovado no consórcio, onde referiu que só estavam a ter uma tomada de conhecimento e que não lhe parecia que o Sr. Presidente da Câmara tivesse alguma coisa a ver com isso mesmo, dessa forma também não tinha grandes explicações a dar acerca dessa situação, uma vez que não era ele o dono da obra. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, onde disse que o esclarecimento dado pelo Sr. Presidente da Assembleia, era exatamente a resposta que ele tinha a dar em relação a tal assunto. Ressalvou que a obra era da CIM (Comunidade Intermunicipal) e que o acerto de contas era com o empreiteiro da obra. -----

---- Interveio a **Sra. Andreia Petornilho (PS)**, dizendo que tinha tirado essa conclusão pelo que estava na última página do documento. -----

---- Interveio o **Sr. Francisco Reigota (PS)**, falou que em relação à obra da Eurovelo, independentemente de quem fosse o dono da obra, assim como outras existentes, tinha de haver outro tipo de rigor e intervenção por parte do executivo municipal e das suas equipas. Disse que na última assembleia, tinha sugerido fazer uma assembleia somente com o ponto da obra da Eurovelo, mas que tinham preferido trazer o ponto à assembleia municipal para a tomada de conhecimento, o que dava a entender que era para terminar com esse assunto o quanto antes, mais disse que assunto da Eurovelo, devia voltar nas próximas

assembleias para ser discutido no concelho de Mira e também na CIM. Falou que em relação ao dinheiro da Eurovelo e os investimentos que estavam a ser feitos na avenida Cidade de Coimbra, na Praia de Mira, sabia que já não eram da Eurovelo, a população é que pensava que aqueles investimentos ainda eram financiados pelos fundos comunitários, ressaltando, que o que estava a ser feito naquele local, já não tinha qualquer tipo de comparticipação e que era assumido a 100%, nomeadamente o alcatroamento, pelo município. Falou na dualidade de critérios que o município tinha, dando o exemplo da obra efetuada frente ao 1º e 2º ciclo básico em Mira, onde nessa obra tinha sido criado uma paragem para que os pais, ou encarregados de educação das crianças, os pudessem deixar em segurança e que na Praia de Mira, além de não se criar qualquer coisa semelhante, por causa da obra da Eurovelo, ainda tinha sido retirado uma via sem que se pensasse na segurança das crianças daquela mesma escola. Referiu que no mesmo sitio, existia uma passadeira que ele próprio havia pedido no seu primeiro mandato enquanto presidente da junta de freguesia da Praia de Mira, ao executivo, após esse pedido foi feita a passadeira naquele local para segurança de todos, onde a mesma já não existia após o alcatroamento por cima da mesma, destruindo e desperdiçando recursos, salientando a má gestão. Referiu ainda, que provocado pela obra Eurovelo, onde o município era o dono e o responsável da empreitada, no dia 7 de dezembro, véspera de feriado nacional e onde na freguesia da Praia de Mira se realizava duas procissões em Honra da Nossa Senhora da Conceição, uma delas era a procissão das velas que se fazia dia 7 de dezembro à noite e a do dia 8 dezembro, a procissão do dia da padroeira da freguesia, referindo que nesse mesmo dia e na única entrada que a Praia de Mira tinha, as máquinas tinham dado início aos trabalhos de levantar e rebentar com o alcatrão, disse que questionou o Sr. Presidente da CMM acerca desse trabalho e que o Sr. Presidente da CMM lhe tinha dito, que não sabia do sucedido, pensava que os trabalhos só iriam ter início na semana seguinte, onde referiu que acreditou na sua explicação mas que já existiam erros

a mais. Falou no que o deputado Eurico Martins tinha dito acerca do acesso à Barra de Mira, dizendo que a marcação que estava a verde, a suposta marcação da Eurovelo, passava por cima de canas, de silvas, de flores silvestres e que ficavam as marcas em stencil na pista, querendo com isto dizer, quantos milhares de euros iria o município ter de gastar na resolução dessas situações. Falou de uma reunião que tinha tido no verão passado com o Sr. Presidente da CMM, na altura vereador, na qual o tinha chamado para falar sobre a preparação da época balnear em que faltavam 3 ou 4 dias para a mesma começar, referiu que tinha sido falado, que a estrada Dr. Manuel Estrela, também esta intervencionada através da obra da Eurovelo e dava acesso à Avenida Cidade de Coimbra, tinha um grave problema de trânsito e que antes do verão tinha de haver uma intervenção e que estava planeada pela CMM, ressaltando que o verão já tinha passado e que estavam no final do ano e ainda nada tinha sido feito, mais disse que assim nunca o município iria ter liquidez devido ao mau planeamento, salientando que havia municípios que tinham essa liquidez e os seus saldos positivos, para a vinda de mais fundos comunitários e assim puderem avançar com os dinheiros, assim que fosse necessário e que em Mira, no rumo que em que se estava, isso não iria acontecer, mais disse que o PS iria querer saber, quanto era que o município já tinha gasto em obras complementares, à custa da situação da Eurovelo. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, dizendo que esse tinha sido o traçado escolhido para a Eurovelo atravessar no município de Mira e ainda bem, principalmente na Praia de Mira, pois esse tipo de turismo era do interesse do município, mais propriamente de interesse à Praia de Mira. Disse que podiam ter escolhido e traçado outro local e que se assim fosse, a Praia de Mira, mais propriamente o centro da Praia, ficava de fora e não iria constar na rota da ciclovia, ficando assim sem qualquer visibilidade. Referiu que não acharam por bem que assim fosse, pois, a Praia de Mira, tinha todo o interesse nesse tipo de turismo e fazia todo o sentido que assim fosse. Falou que em consequência

desse facto, havia alguma contestação relativamente à Avenida Cidade de Coimbra e algumas obras complementares por causa da Eurovelo, dizendo que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, tinha calculado mal quando se referiu ao caos que iria ser, quando chegasse a época balnear devido às alterações da Avenida Cidade de Coimbra, situação essa que não havia relatos que tal tivesse acontecido e que fosse fora da normalidade da época. Falou que se tudo era mal planeado, ou se o executivo não servia de todo a população e que não fazia as coisas como devia de ser, referiu que o Sr. presidente da junta da Praia de Mira, devia de se achar acima dos cálculos feitos, da engenharia e previsão do que aconteceria. Disse que as obras quando chegavam a um certo ponto e estavam a ser implementadas no terreno, obviamente poderia haver alguma coisa que não ficasse exatamente como estava previsto nos cálculos feitos em papel, mas obviamente eram pequenas coisas que aconteciam em qualquer obra feita. Falou da intervenção da deputada Andreia Petornilho e do que estava escrito no documento, onde passou a ler essa pequena parte para ver se existia algum mal-entendido por algumas das partes. Após essa pequena leitura, disse que o município acompanhava os trabalhos, mas não com a displicência com que o Sr. Presidenta da junta de freguesia da Praia de Mira tinha acabado de referir e que reportavam algumas coisas quando entendiam que não estavam bem-feitas, mais disse que não podiam era ser responsabilizados por esse acerto de contas ou, por existirem trabalhos a mais ou trabalhos a menos e que era uma constatação, que a obra era entre a CIM e o empreiteiro. Concluindo que era possível ainda haver um debate sobre a Eurovelo, mas que era uma mais valia essa obra passar pelo o concelho de Mira. -----

---- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** (PS), dizendo que não tinha sido discutido o traçado, mas sim a execução da obra e o mau planeamento que a mesma tinha tido. Disse que nunca tinha referido caos na época balnear, mas sim que iria criar bastantes problemas na época balnear, dizendo que não se tinha criados mais

problemas porque se tinha criado anarquia, isso porque ninguém cumpria o que estava na parte do regulamento de trânsito, isso porque podiam passar por os separadores à hora que quisessem. Questionou acerca do pagamento que era para ser feito ou, se já tinha sido feito aos comerciantes locais, pelo transtorno e prejuízos provocados pelas obras da Eurovelo, uma vez que tinham tido uma reunião urgente com o executivo e os comerciantes, quando estes ficaram chateados e transtornados, pelos acontecimentos dessa obra, dizendo que deviam ter trazido à assembleia municipal o regulamento, ou a documentação que ia prever esses pagamentos aos comerciantes. Disse que não era da parte de engenharia, mas infelizmente já eram vezes a mais em que tinha acertado, como foi o caso dos dois parques de estacionamento feitos na Praia de Mira, em que o piso e o solo eram algo de brilhante e presentemente já eram só buracos abertos, ressalvando que as populações é que saíam as prejudicadas. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, falou que realmente tinha sido dito aos comerciantes que seriam indemnizados, caso comprovassem os seus prejuízos, mas que até à data, não tinham conhecimento de que algo tivesse sido entregue para esse efeito, mais disse, que a passadeira a que se referiram perto da escola da Praia de Mira, não tinha sido asfaltada, encontrava-se exatamente como estava. -----

---- **Ponto 17, foi Tomado Conhecimento** -----

----- **PONTO DEZOITO: Assunção de Compromissos Plurianuais - Tomada de conhecimento.** -----

---- Interveio a **Sra. Maria José**, dizendo que tinham voltado a reuniões com dezoito pontos e que este último ponto, tinha a ver com prestações de serviços, que em 2023 tinham tido um valor de 25 mil e 800 e qualquer coisa euros, e que em 2024 as mesmas iriam ficar em, 62 mil 588 euros. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, dizendo que alguns nomes que estavam descritos, tinham haver com a prestação de serviços para as atividades de enriquecimento curricular, atividades físicas e desportivas, monitores de

campos de férias e apoio do complexo desportivo municipal para o ano de 2023 e 2024. Referindo que no ano letivo passado, tinham começado muito tarde, encurtando o número de meses de serviço, daí as diferenças de valor que a deputada Maria José havia referido, mais disse que no ano letivo corrente, as atividades tinham começado atempadamente, aumentando assim o número de meses de trabalho na área das atividades letivas, referindo também, a atualização dos vencimentos. -----

---- **Ponto 18, foi Tomado Conhecimento** -----

---- Aprovada a ata em minuta -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

---- E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

(Nélson Teixeira Maltez)

O 1º Secretário

(Luís Lavrador)